

Secretaria  
de Educação



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BU**CO  
ESTADO DE MUDANÇA

**ORGANIZADOR CURRICULAR  
TRIMESTRAL**

**ENSINO RELIGIOSO**  
ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS



# CRÉDITOS

## Secretária de Desenvolvimento da Educação

Ana Lúcia Barbosa dos Santos Paes de Souza

## Gerente Geral de Anos Finais do Ensino Fundamental

Eduardo de Santana Romão Andrade

## Gestora de Anos Finais do Ensino Fundamental

Thais Maria Cecília da Paz

## Chefe de Unidade de Formação e Currículo

José Wilson Pereira

## Chefe de Unidade de Educação Integral

Patrícia Morgana Andrade de Santana

## Chefe de Unidade de Gestão das Aprendizagens

Luiz Augusto de Almeida Mascarenhas Leite

## EQUIPE TÉCNICA PEDAGÓGICA

### MATEMÁTICA

Jaelson Dantas  
Eber Gustavo  
José Wilson  
Adalberto Teles  
Luiz Leite  
Almir Serpa  
Marivânia Aragão

### LÍNGUA PORTUGUESA

Wanda Cardoso  
Samule Lira  
Robson Anselmo  
Cristiane Cavalcante  
Luciana Fernandes  
Eduardo Andrade  
Thais Cecília

### GEOGRAFIA

Carlos Avelar  
Sônia Magali

### EDUCAÇÃO FÍSICA

Júlio Rodrigues  
Fabiola Oliveira  
Patrícia Morgana

### LÍNGUA INGLESA

Raquel Freitas  
Jamesson Marcelino

### ARTE

Anderson Leone  
Adriana Freitas

### CIÊNCIAS

Jacineide Arcanjo  
Sandra Vasconcelos  
Rosinete Salviano

### HISTÓRIA

Maria Lúcia

### ENSINO RELIGIOSO

Robson Anselmo  
Evaldo Dantas

### DIAGRAMAÇÃO

José Wilson Pereira

**Estagiários:** Mariana Maia Oliveira Guedes  
Pedro Henrique Francisco do Nascimento  
Ellana Sophia da Silva Moreira  
Ingrid Thainá Santos da Silva

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
1.1 A CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO DE PERNAMBUCO.....	8
1.2 CONCEPÇÕES SOBRE O CURRÍCULO.....	11
1.3 PRINCÍPIOS NORTEADORES.....	13
1.4 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO.....	15
1.5 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES.....	16
1.6 COMPETÊNCIAS GERAIS.....	18
1.7 CONCEPÇÕES SOBRE O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	19
1.8 FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	22
1.9 AVALIAÇÃO DA, PARA E COMO APRENDIZAGEM.....	25
1.10 TEMAS TRANSVERSAIS E INTEGRADORES DO CURRÍCULO.....	27
1.11. O DOCUMENTO E SUA ORGANIZAÇÃO.....	35
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>37</b>
<b>2. ENSINO FUNDAMENTAL.....</b>	<b>42</b>
2.1 O ENSINO FUNDAMENTAL E SUAS FASES.....	42
2.2 A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS.....	43
2.3 A TRANSIÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS PARA OS ANOS FINAIS.....	46
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>49</b>
<b>3. ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS – ENSINO RELIGIOSO.....</b>	<b>50</b>
3.1. ÁREA: ENSINO RELIGIOSO.....	50
3.2 COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE ENSINO RELIGIOSO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL.....	53
3.3 ENSINO RELIGIOSO.....	53
3.4 ENSINO RELIGIOSO NOS ANOS FINAIS.....	56
<b>ORGANIZADOR CURRICULAR POR TRIMESTRE.....</b>	<b>59</b>
6º ANO.....	59
7º ANO.....	62
8º ANO.....	65
9º ANO.....	68
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>72</b>
<b>FICHA TÉCNICA.....</b>	<b>75</b>

## **APRESENTAÇÃO**

Olá, Professor(a)!

O presente documento tem por objetivo dinamizar o acesso ao conteúdo do Currículo de Pernambuco – Ensino Fundamental (CPE-EF), no sentido de facilitar seu acesso diante das demandas cotidianas e inerentes à prática pedagógica da/ na Educação Básica. Sendo assim, sua elaboração leva em conta a função norteadora desempenhada pelo CPE-EF em sua relação com seu manuseio facilitado em termos de agilidade e de correlação com as realidades constituintes de cada contexto escolar e dos saberes a serem ensinados e aprendidos nas aulas de cada Componente Curricular devidamente situados em suas respectivas Áreas do Conhecimento Escolar.

A necessidade de compartimentalizar CPE-EF por componente curricular surge para facilitar a rotina pedagógica do professor no acesso ao CPE-EF de seu componente curricular em sua área específica do conhecimento. No entanto, essa divisão mantém as diretrizes e pressupostos norteadores da construção do CPE-EF em correlação às especificidades do Ensino Fundamental, bem como a caracterização e a delimitação específica e particularizada de cada Área do Conhecimento Escolar em razão dos Componentes Curriculares que as constituem, sem que se perca o caráter de unicidade inerente ao documento original.

Dessa forma, ficam mantidos todos os princípios norteadores do CPE-EF: equidade e excelência, formação integral, educação em direitos humanos e inclusão, garantindo um processo de ensino e aprendizagem democrático, voltado para a construção de uma educação de qualidade, comprometida com a justiça e a inclusão, mantendo o diálogo como importante ato na busca do conhecimento de todos que constroem o processo educativo no seu cotidiano (FREIRE, 1987). O respeito e uso desses princípios norteadores em sala de aula colaboram para a construção de uma educação que incentiva o protagonismo estudantil como mecanismo para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres para a construção de uma sociedade mais justa e humanitária.

Sob o viés e a intencionalidade pedagógicos citados acima, no redimensionamento dos componentes curriculares dos quais trata cada volume integrante desta proposta, é possível verificar de forma mais prática e detida as características, potencialidades e possibilidades de apropriação e de materialização autônoma das propostas trazidas pelo CPE-EF para o cotidiano das aulas dos Componentes Curriculares que constituem cada Área do Conhecimento Escolar; facilitando, assim, tanto a dinâmica interna de cada um deles, quanto suas respectivas perspectivas de articulação interdisciplinar frente à dinâmica interna de cada Área a qual pertença.

O CPE-EF está organizado por componente curricular, conforme suas áreas de conhecimentos. Cada documento está constituído respeitando-se a originalidade do documento original, que traz em seu bojo CONCEPÇÕES SOBRE O CURRÍCULO, PRINCÍPIOS NORTEADORES, EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES, COMPETÊNCIAS GERAIS, CONCEPÇÕES SOBRE O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM, FORMAÇÃO DE PROFESSORES, AVALIAÇÃO DA, PARA E COMO APRENDIZAGEM, TEMAS TRANSVERSAIS E INTEGRADORES DO CURRÍCULO: Educação em Direitos Humanos – EDH, Direitos da Criança e Adolescente, Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso, Educação Ambiental, Educação para o Consumo e Educação Financeira e Fiscal, Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino da História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, Diversidade Cultural, Relações de Gênero, Educação Alimentar e Nutricional, Educação para o Trânsito, Trabalho, Ciência e Tecnologia, Saúde, Vida Familiar e Social,

ÁREA DE LINGUAGENS, situada entre as páginas 67 e 350 do CPE-EF e constituída pelos Componentes Língua Portuguesa, Educação Física, Língua Inglesa e Arte, parte da compreensão da linguagem como produção cultural decorrente da capacidade humana de produzir e compartilhar sentidos, de atribuir significados e, assim, de construir subjetividades a partir e através do viés eminentemente dialógico e interativo que permeia a totalidade das relações envolvidas em cada um destes processos.

ÁREA DE MATEMÁTICA, que no CPE-EF encontra-se entre as páginas 351 e 426, tem por objetivo situar as práticas matemáticas historicamente constituídas, a partir do aporte de sua relevância para a humanidade em virtude de suas implicações nos processos dialógicos e relacionais do ser humano em sociedade dos quais a sua crescente pertinência derivam.

ÁREA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA, localizada entre as páginas 429 e 466 do CPE-EF e materializada no Componente Curricular Ciências, busca dimensionar as reformulações desencadeadas historicamente no ensino de Ciências, situando a produção do conhecimento científico nos processos históricos dos quais sua pertinência e funcionalidade frente às demandas sociais e culturais contemporâneas e a partir de suas contribuições frente à relação pedagógica existente entre os processos de produção e de transmissão do conhecimento sobreleva.

ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS, constituída pelos Componentes Geografia e História é situada entre as páginas 467 e 560, ao atribuir cientificidade ao fenômeno humano considerado individual ou socialmente, abordam as possibilidades de compreensão e de explicação dos aspectos dele decorrentes com vistas à promoção do reconhecimento interindividual da importância da formação dos seres humanos em sua integralidade, mediante entendimento e respeito das relações mantidas entre si e com o meio ambiente.

ÁREA DE ENSINO RELIGIOSO, materializada no Componente Curricular homônimo e localizada entre as páginas 561 e 585 do CPE-EF, contempla evidência, mediante processo de transposição didática radicado nas Ciências da Religião, a relevância histórica e sociocultural dos saberes oriundos da religiosidade, do sistema de crenças e, vinculados a eles, dos valores morais-éticos que historicamente fazem parte das produções humanas, com vistas a contribuir para a leitura, interpretação, compreensão da realidade rumo a uma intervenção sensível, consciente e fundamentada sobre os aspectos que a compõem.

Este documento foi feito pensando em você. O desmembramento dos conteúdos constituintes de cada Área do Conhecimento Escolar e sua reorganização em documentos individualizados, visando facilitar o trabalho dos professores em seu fazer pedagógico diário.

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 A CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO DE PERNAMBUCO

Este documento curricular é fruto de uma articulação entre a Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco e a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/PE). Tem por base os Parâmetros Curriculares de Pernambuco - PCPE (2012), que atendem ao ensino fundamental, ao ensino médio e à educação de jovens e adultos; as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica - DCN (2013) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação infantil e ensino fundamental, homologada em dezembro/2017. Contudo, antes de seguir com a apresentação deste documento, vale salientar que Pernambuco há algum tempo já disponibiliza documentos orientadores que sinalizavam para a construção do currículo, tais como a Base Curricular Comum para as redes públicas de ensino de Pernambuco - BCC (2008) e as orientações Teórico-Methodológicas para o ensino fundamental - OTM (2008), e que foram o ponto de partida para a elaboração dos Parâmetros Curriculares de Pernambuco em 2012.

Também não é nova a parceria entre o Estado e a UNDIME/PE, a exemplo da construção dos Parâmetros Curriculares de Pernambuco que resultaram da soma de esforços das duas instituições, e da escuta de mais de 5.000 (cinco mil) professores<sup>1</sup> das universidades públicas, redes municipais e rede estadual de ensino. Nesse processo, foram também elaborados outros documentos curriculares: os Parâmetros Curriculares na Sala de Aula (2013), os Parâmetros de Formação Docente (2014) e os Padrões de Desempenho Estudantil (2014).

No que se refere à educação infantil, os documentos curriculares elaborados pelos municípios, geralmente propostas pedagógicas, também

---

<sup>1</sup> Este documento considera a igualdade de gênero, entretanto, optou por adotar a norma padrão da Língua Portuguesa, a qual prescreve a indicação do masculino genérico para designar o gênero masculino e feminino.

serviram de base para a construção do presente documento curricular, bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (Resolução CNE/CEB nº 5/2009).

Deve-se destacar que historicamente esse momento de elaboração do PCPE foi ímpar na construção do primeiro documento curricular para a educação infantil articulado entre o estado de Pernambuco e seus municípios.

Por sua vez, a necessidade da elaboração de uma Base Nacional Comum Curricular também não é pauta recente para a Educação no Brasil. Essa necessidade vem sendo evidenciada na Constituição Federal de 1988 (1988, art. 210), na Lei 9.394/96 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996, art. 26), nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 4/2010) e em outros documentos, frutos de discussões promovidas por todos os setores da sociedade de envolvimento significativo para a Educação. Além disso, a construção de uma BNCC está indicada nas propostas da Conferência Nacional de Educação - CONAE (2014) e no Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024) em diversas estratégias.

Desde a primeira versão, em 2015, e também no Seminário Estadual da BNCC, em 2016, a Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco e a UNDIME/PE atuaram colaborativamente na orientação e mobilização de professores.

Com a homologação da BNCC, em 2017, Estado e UNDIME/PE iniciaram uma nova fase voltada para construção deste documento curricular. Instituiu-se a Comissão Estadual de Construção Curricular por meio da portaria nº. 858, de 02 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado, constituída por representantes da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco, UNDIME/PE, Conselho Estadual de Educação (CEEPE) e União dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME).

Com o apoio técnico e financeiro do Ministério da Educação (MEC), de acordo com a portaria nº.331, de 05 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União, foi constituída uma equipe composta por redatores, coordenadores das etapas da Educação Infantil, anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental, articulador municipal e coordenadores estaduais, os quais atuaram de forma mais

efetiva no processo de construção do documento curricular em Pernambuco. Mantendo o perfil democrático de construção já característica do Estado, essa equipe recebeu contribuição de outros profissionais e especialistas (professores de universidades públicas e particulares e das redes estadual, municipal e escolas privadas).

Estabelecidos os papéis de atuação e seus autores, Pernambuco definiu seu planejamento para construção curricular tendo como fundamento maior a necessidade de ampliar o debate com os profissionais da educação. Assim sendo, houve mobilização das escolas das redes municipais, estadual e privada para fazerem suas contribuições relativas às características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da comunidade escolar na perspectiva de garantir a contextualização, ampliação ou aprofundamento das habilidades já previstas na BNCC de forma a se construir um documento curricular que contemplasse a identidade cultural, política, econômica e social do Estado.

As contribuições das escolas foram consolidadas e incorporadas à versão preliminar do documento que foi discutida, em seis seminários regionais realizados em agosto e setembro de 2018, com a participação de professores das universidades públicas, particulares e de autarquias municipais, professores das redes municipais, da rede estadual, das escolas privadas, representantes do Conselho Estadual de Educação, da UNCME, do SINEPE/PE (Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de Pernambuco) e de outras entidades da sociedade civil.

As colaborações advindas dos seminários regionais, que contaram com a participação de, aproximadamente, 2.100 professores, juntamente com sugestões recebidas via plataforma digital, foram incorporadas ao documento curricular, constituindo a segunda versão. Essa versão foi apresentada e validada em Seminário Estadual com participação de cerca de 500 profissionais da educação. Após esse evento, as alterações sugeridas foram consolidadas e incorporadas à versão final do currículo do estado de Pernambuco, o qual foi enviado para análise e parecer do Conselho Estadual de Educação.

Assim, mais uma vez, Pernambuco constrói um currículo que valoriza, em diálogo com a comunidade educativa e com a sociedade, a identidade social,

cultural, política e econômica de seu povo, como também os princípios éticos e humanos, contribuindo, dessa maneira, para a formação de sujeitos autônomos, criativos e críticos que exerçam plenamente sua cidadania ativa.

Este documento curricular também será base para a construção do currículo das diferentes modalidades de ensino. Nesse sentido, é preciso elaborar/revisar documentos curriculares próprios que atendam às suas especificidades culturais, econômicas, políticas e sociais, mas também garantam o pleno acesso aos conhecimentos definidos pela BNCC para todos os estudantes. A educação especial, transversal a todas as etapas e modalidades da educação básica, está contemplada na perspectiva inclusiva em que a educação de Pernambuco se fundamenta e será abordada neste documento em tópico mais adiante.

## 1.2 CONCEPÇÕES SOBRE O CURRÍCULO

A elaboração de um currículo está sujeita a uma multiplicidade de interpretações, visto que não há um consenso teórico sobre o que ele vem a ser, bem como sobre sua finalidade, pois não há uma definição que seja neutra. Sendo uma construção social (GOODSON, 1997), ele reflete um momento político, histórico, econômico, cultural e de projetos da sociedade. O Currículo de Pernambuco não surgiu do vazio; ele é a consolidação das diferentes formas de pensar e fazer o processo educativo das diversas instâncias de construção curricular, assim como das indagações existentes nas escolas sobre a Educação, sobre a sociedade e sobre os conceitos que fundamentam o currículo enquanto definidor do que se deve ensinar e aprender, sempre tomando como ponto de partida a problematização das necessidades inerentes às práticas educativas.

Pensando dessa forma, o currículo não é meramente uma prescrição, mas, acima de tudo, um campo de lutas e tensões que traduz a escola e a sociedade que se pretende construir (SILVA, 2002). Compreendido como fruto de uma construção coletiva e democrática, ele não visa aqui apenas definir os conhecimentos a serem aprendidos e ensinados, mas permitir práticas educativas críticas, reflexivas e contextualizadas, que estejam pautadas na dialogicidade como ato primordial na busca do conhecimento daqueles que fazem o processo

educativo no seu dia a dia (FREIRE, 1987).

Para essa construção, foram utilizados como referência, sobretudo, os documentos normativos nacionais e locais, a exemplo das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 4/2010), dos Parâmetros Curriculares de Pernambuco (2012) e da Base Nacional Comum Curricular (2017).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos definem currículo como “experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos educandos” (Resolução CNE/CEB nº 7/2010, p.3). Os Parâmetros Curriculares de Pernambuco apresentam o Currículo “como sendo um conjunto de conhecimentos, habilidades e competências” (PERNAMBUCO, 2012, p.23).

Dessa maneira, considerando os conceitos já adotados por esses documentos, o currículo é aqui compreendido como fruto de uma construção coletiva que envolve diversas etapas, instâncias, sujeitos, intenções e finalidades. Pode-se assim dizer que ele traduz a escola, norteia as relações que são estabelecidas dentro e fora dela e se constitui como um dos elementos responsáveis pela formação humana na instituição escolar.

Nessa direção, a BNCC foi uma referência imprescindível para a elaboração curricular. A BNCC define uma série de orientações que direcionaram os partícipes na elaboração do Currículo de Pernambuco. Assim, a Base Nacional Comum Curricular é um documento normativo de referência que teve por objetivo direcionar as redes de ensino e as escolas para o desenvolvimento de práticas que conduzam à construção de competências, habilidades, atitudes e valores humanos na perspectiva de uma formação integral dos estudantes.

Compreendido dessa forma, o Currículo de Pernambuco se apresenta como um elemento que integra a dimensão humana aos requisitos necessários para a vida em sociedade, buscando ofertar uma formação integral aos sujeitos do processo educativo, possibilitando aos estudantes e professores compreenderem diferentes dimensões da vida e do ser social.

Reconhecendo o cenário de uma sociedade em permanente processo de mudança e sujeita a rápidas transformações, o Currículo de Pernambuco tem como perspectiva estar atrelado às práticas sociais dos estudantes, de modo a permitir-lhes (res)significar seus próprios saberes, a partir do diálogo com aqueles socialmente construídos pela humanidade; e garantir a todos a igualdade de acesso aos conhecimentos no espaço escolar.

Dessa forma, faz-se necessário que as práticas pedagógicas promovam o desenvolvimento integral dos estudantes e sua preparação para a vida, para o trabalho e para a cidadania, a fim de que se tornem, progressivamente, sujeitos sociais e protagonistas aptos a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, ética, democrática, responsável, inclusiva, sustentável e solidária.

### 1.3 PRINCÍPIOS NORTEADORES

Ao reconhecer a educação como um direito humano, o Currículo de Pernambuco define como eixo norteador o fortalecimento de uma sociedade democrática, igualitária e socialmente justa. Para tanto, adota como princípios orientadores: equidade e excelência, formação integral, educação em direitos humanos e inclusão.

Considerar a equidade e a excelência como princípios norteadores é compreender que todos têm direito à aprendizagem e que as necessidades de uns diferem das de outros, cabendo ao sistema educacional atender a todos, em suas especificidades, com qualidade. A excelência nas aprendizagens só faz sentido se acompanhada da equidade.

Dessa forma, apenas garantir o acesso à educação não é suficiente para a promoção da justiça e da inclusão social como também não é para a consolidação da democracia. É imperativo que o Estado promova políticas públicas que assegurem a permanência com sucesso do estudante na escola, visto que se os processos educativos não forem de qualidade e adequados às reais necessidades, também o impedirão de ter acesso aos bens sociais e culturais, promovendo exclusões da vida do trabalho e do exercício pleno da cidadania.

É no bojo da equidade e do direito à aprendizagem, com vistas a uma

educação de qualidade e comprometida com a justiça e a inclusão, que se dá a formação integral do ser. Essa perspectiva de formação visa ao desenvolvimento do sujeito em todas as suas dimensões, pois o enxerga não apenas cognitivamente, mas também social, emocional, cultural, espiritual e fisicamente. Nesse sentido, um currículo pautado na formação integral considera o estudante como centro do processo pedagógico e compreende que todas as ações voltadas para as aprendizagens devem ser construídas, avaliadas e reorientadas a partir dos contextos, interesses e necessidades dos estudantes, proporcionando, portanto, o desenvolvimento integral e entendendo que todos são capazes de aprender, ainda que em tempos e formas diferentes.

Nessa ótica, é necessário não confundir formação integral com escola em tempo integral. Embora a ampliação da carga horária nos espaços de aprendizagem coopere para a formação integral dos sujeitos, mais do que aumentar o tempo e as atividades escolares, a formação integral se compromete com o diálogo entre os diversos conhecimentos curriculares e a realidade dos estudantes, com a transversalidade e a interdisciplinaridade. A formação dessa natureza defende, principalmente, que o respeito às diversidades culturais, religiosas, étnicas, raciais, sexuais e de gênero não seja apenas um princípio, mas também uma estratégia formativa para o desenvolvimento de crianças, jovens e adultos nas suas multidimensionalidades.

A Educação em Direitos Humanos contribui para esta visão quando parte do princípio de que todas as pessoas são iguais perante a lei e que, portanto, as diferenças são partes integrantes de cada pessoa e que as especificidades devem ser consideradas e respeitadas em todo processo social, cultural e educativo. Ao se falar de inclusão, pressupõe-se o respeito às diversidades, a valorização das diferenças e, portanto, a necessidade de se repensar as práticas pedagógicas, considerando as especificidades de cada estudante e seu projeto de vida, possibilitando o acolhimento e a aprendizagem de todos no espaço plural escolar (Lei nº 13.146/2015).

Por fim, esses princípios ora citados constituem os fundamentos de todas as práticas educativas apresentadas no Currículo de Pernambuco e, dessa forma, indicam para a sociedade os sujeitos que se deseja formar: indivíduos com

valores éticos e humanos, conscientes de suas responsabilidades e direitos, dispostos a construir uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva, bem como capazes de intervir na realidade e contribuir para o desenvolvimento da humanidade.

#### 1.4 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

O documento *A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (MEC/SECADI, 2008) é fundamental como referência para a construção da Base Nacional Curricular Comum – BNCC. Objetiva o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial nas escolas comuns. Representa um importante marco teórico e político que define a educação especial como modalidade não substitutiva à escolarização, elabora o conceito de Atendimento Educacional Especializado – AEE, com enfoque exclusivamente pedagógico, complementar ou suplementar à formação dos estudantes e define o público-alvo da educação especial como aquele constituído pelos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A Política defendida neste documento orienta as redes públicas dos estados e municípios para a promoção de respostas às necessidades educacionais específicas de cada estudante; propõe uma transformação social, pois parte do princípio do direito humano à educação e compreende a escola como um espaço realmente de todos os estudantes. Dessa forma, ao possibilitar a cada estudante reconhecer-se nas suas diferenças e singularidades como parte constituinte do ser humano, contribui para a efetivação e exercício de sua plena cidadania.

Coadunando com esta perspectiva, no Currículo de Pernambuco, a educação especial é definida como uma modalidade de ensino que transversaliza todas as etapas e modalidades, identifica e disponibiliza recursos e serviços, orientando quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem e realiza o Atendimento Educacional Especializado/AEE junto aos estudantes matriculados nas turmas comuns do ensino regular, garantindo ações pedagógicas a fim de proporcionar a plena participação dos estudantes com

necessidades educacionais específicas.

Vale destacar o papel importante do AEE, que visa promover a autonomia e independência do estudante e deve ser ofertado em turno diferente, preferencialmente nas Salas de Recursos Multifuncionais/SRMs da mesma escola ou nas de escolas circunvizinhas. O sucesso desse atendimento depende da articulação entre o professor do AEE e o professor da sala regular; esta parceria é fundamental para garantir maior qualidade do atendimento às necessidades específicas do estudante. Isto porque uma das premissas do AEE é a individualização do ensino, conduzindo a ressignificação da prática pedagógica do professor regente e a potencialização dos espaços educativos destinados ao estudante com deficiência com base no Plano de Desenvolvimento Individual – PDI, elaborado pelo professor do Atendimento Educacional Especializado.

Por fim, é preciso ressaltar a importância de contemplar o Plano de Ação Inclusiva no Projeto Político Pedagógico/PPP das escolas ao longo de todo o processo de escolarização, o que permitirá ao estudante reconhecer-se, no ambiente escolar, como parte integrante da comunidade a qual pertence.

## 1.5 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Na sociedade atual, o processo de globalização e os impactos das novas tecnologias impulsionaram novos olhares, novos conceitos e, sobretudo, novas posturas no campo educacional. O processo de ensino e aprendizagem passou a exigir das práticas pedagógicas a organização de um currículo voltado para o desenvolvimento de competências e habilidades, novas formas de apropriação e compreensão de conhecimentos e saberes que possibilitem a formação dos sujeitos numa perspectiva integral, dinâmica e contemporânea.

Nesse cenário, a função da escola enquanto instituição formal é buscar adaptar-se aos novos valores culturais que a sociedade vem experimentando, bem como aos desafios de um mundo globalizado e conectado com as diversas formas de produção do conhecimento e seus usos nos diversos espaços e tempos da sociedade.

De fato, são mudanças que exigem do contexto educacional práticas pedagógicas que desenvolvam nos estudantes competências e habilidades para

enfrentar desafios e resolver problemas. Por conseguinte, os conteúdos trabalhados não só precisam ser compreendidos e alcançados pela capacidade cognitiva, mas também relacionados com as demais capacidades (ZABALA, 1998) para que o processo de ensino e aprendizagem seja interessante e significativo.

Nessa perspectiva, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC propõe, enquanto documento normativo, mudanças no como e para que construir as aprendizagens que sejam essenciais às crianças, aos jovens e aos adultos da Educação Básica. É nessa lógica que compreendemos a escola enquanto espaço e tempo de aprendizagem que deve favorecer a formação de esquemas de ações e de interações estáveis que, de forma dependente, possam ser utilizadas nos diversos contextos sociais (PERRENOUD, 1999).

Dessa forma, educar por competências configura repensar e reorganizar os conteúdos, de tal modo que tenham sentido e significado para os estudantes. É criar situações-problema, contextualizando a prática educativa com as suas vivências e os seus saberes, como defendido por Silva e Felicetti (2014, p. 18) ao ressaltarem que “situações-problema necessitam ser criadas, inovadas e devem ter relação com o cotidiano do educando, para que assim possam ser desenvolvidas novas habilidades e competências”.

Isto posto, o Currículo de Pernambuco, fundamentado na BNCC, torna-se um instrumento de referência indispensável a todas as etapas e modalidades da Educação Básica, e a escola deve, por sua vez, oferecer situações que favoreçam o desenvolvimento de habilidades e, com efeito, novas competências que, nas práticas cotidianas, possibilitem a resolução do saber fazer e do saber agir nos diversos espaços sociais, bem como propor um redirecionamento para os pilares da educação de Aprender a conhecer, Aprender a fazer, Aprender a viver juntos e Aprender a ser (DELORS, 1996).

Nesse contexto, é necessário que os professores se apropriem desses pressupostos e planejem suas práticas pela abordagem de competências, desconstruam conceitos que ainda estão cristalizados nos modelos tradicionais que fragmentam os conhecimentos nos diversos componentes curriculares e considerem a necessidade de adaptações curriculares de acordo com as

especificidades da população escolar atendida.

A BNCC, enquanto documento normativo, norteia a elaboração dos currículos voltados para a formação integral dos estudantes, possibilitando, no exercício da cidadania, superar as desigualdades sociais que, na atual conjuntura global e local, têm se intensificado sobretudo para as classes menos favorecidas, público prioritário e majoritário na escola pública.

Nessa perspectiva, retomamos as 10 competências gerais definidas pela BNCC, as quais propõem como objetivos a formação integral dos estudantes. Em função disso, consideramos relevante descrevê-las.

## 1.6 COMPETÊNCIAS GERAIS

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artísticas, matemática e científica para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de

conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

É nessa ótica que o Currículo de Pernambuco, ao lado da BNCC, mostra-se como um referencial para orientar pedagogicamente técnicos, gestores, professores e estudantes da Educação Básica. Em vista disso, urge repensar a prática pedagógica, os conteúdos, as habilidades e as metodologias com o intuito de assumir novas posturas, novos valores, os quais possam contribuir - mais significativamente - em prol do processo de construção e apropriação de conhecimentos e saberes para a formação de cidadãos autônomos, críticos e criativos.

## 1.7 CONCEPÇÕES SOBRE O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A observação e a análise das práticas educativas têm se intensificado nas últimas décadas no cenário nacional. Tal fato é decorrente da inserção, nesse meio, de ideias e referenciais que subsidiam as ações de ensinar e aprender,

visando, de certa maneira, à compreensão do sistema educacional, que está centrado na escola, seu papel, seu currículo – como apresentado em seção anterior - e seus profissionais, principalmente os professores.

Sob a égide dos verbos ensinar e aprender se constitui a base para todo o processo de construção do conhecimento. Numa perspectiva histórica e de desenvolvimento da ciência, esses dois verbos já foram bastante questionados e inferia-se que, se houve ensino, a aprendizagem aconteceu. Assim, era suficiente um professor que dominasse um determinado conhecimento e ‘ensinasse’ - transmitisse - esse saber para seu grupo de estudantes. Aquilo que os estudantes repetissem com exatidão e reproduzissem nas avaliações, resultando na medição do quanto tinham conseguido absorver, era a aprendizagem.

A partir das contribuições da epistemologia para os processos de desenvolvimento subjetivo humano e, mais recentemente, das neurociências, com o mapeamento cerebral de todas as condições do sujeito em situações de interação com os outros e com as ideias/fatos/experiências, muda a concepção do que é aprender, de como se aprende e, por correspondência, de como devem ser desenvolvidas práticas na sala de aula que despertem o interesse, o desejo e a motivação para os estudantes aprenderem.

Assim, transformam-se também as concepções de ensinar. Agora, em vez de apenas lembrar e repetir informações, o estudante deve ser capaz de encontrá-las e usá-las com autonomia. Dessa forma, a recente ciência da aprendizagem enfatiza a importância de se repensar o que é ensinado; a maneira de ensinar, centrando o processo no estudante; e o modo de avaliar a aprendizagem, compreendendo a avaliação enquanto processo, aspecto que será discutido adiante neste texto introdutório.

Faz-se necessário, no bojo do processo de ensino e aprendizagem, que o Projeto Político Pedagógico da escola se proponha a: (1) valorizar os conhecimentos prévios que os estudantes trazem de suas vivências para a escola; (2) auxiliá-los a desenvolver competências nas diversas áreas de conhecimento, valorizando sua base sólida dos fatos, relacionando esses às ideias dentro de um eixo conceitual, visando à mediação da aprendizagem; e (3) incentivá-los em sua autonomia de aprender, ajudando-os a compreender

como podem e devem também, sendo autores do seu conhecimento, monitorar seus progressos (BRANSFORD, BROWN & COCKING, 2007).

Outro aspecto de suma importância tem sido os desafios que as mudanças tecnológicas e seus avanços ininterruptos têm provocado e trazido aos processos de ensino e de aprendizagem. As tecnologias digitais de informação e comunicação, além das tecnologias assistivas, favorecem novas situações de aprendizagem, possibilitando ao estudante, por meio de seu uso, acessar e propagar informações que possam servir de ferramentas para o desenvolvimento de competências transversais para a aprendizagem colaborativa, motivando o protagonismo e práticas autorais.

É nesse âmbito denso de reflexões que o Currículo de Pernambuco encontra-se alinhado com a BNCC que traz, em sua apresentação, o foco no desenvolvimento de competências:

“o que os alunos devem ‘saber’ (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem ‘saber fazer’ (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho)” (BNCC, 2017, p. 13).

Tal discussão tem sido proposta por vários teóricos que abordam a prática educativa e do que se torna imprescindível desenvolver no processo de ensino e de aprendizagem: **aprender a conhecer**, apontando para o interesse do estudante pelo conhecimento (conteúdos factuais); **aprender a fazer**, que mostra a coragem de arriscar, de executar, até mesmo de errar, na busca de acertar (conteúdos procedimentais); **aprender a conviver**, oportunizando o desafio da convivência, do respeito ao próximo e **aprender a ser**, que traz o objetivo de viver como o papel central do estudante como cidadão (conteúdos atitudinais) (ZABALA, 1998; ZABALA & ARNAU, 2009).

Por fim, um aspecto extremamente relevante também nesse ‘novo’ processo do binômio ensino e aprendizagem é compreendê-lo como constituído mutuamente – ou seja, o ensino e a aprendizagem enquanto aspectos indissociáveis – assim como são constituídas no estudante as dimensões cognitiva e afetiva. O objetivo é promover o olhar para o desenvolvimento global deste, pensando na complexidade de sua construção e desenvolvimento integral,

de forma que o olhar centrado no estudante considere a sua singularidade e o respeito às diversidades.

## 1.8 FORMAÇÃO DE PROFESSORES

As exigências cada vez mais complexas da sociedade, constituídas no tocante ao acesso, domínio e produção do conhecimento, questionam a escola quanto às suas funções e a desafiam no sentido de se transformar constantemente, a fim de que o seu papel social seja cumprido. Consequentemente, essas exigências requerem professores cada vez mais engajados e competentes profissionalmente para responderem a elas.

Dessa forma, o currículo e a sua organização assumem-se como elementos de destaque, uma vez que eles revelam opções acerca de um determinado modelo de formação profissional caracterizado pelas articulações que se estabelecem, no seu interior, entre os saberes teóricos e os saberes práticos necessários à atividade do professor e ao desenvolvimento profissional cuja construção deve ser o objetivo de qualquer programa de formação.

É importante destacar que o saber do professor é, então, definido como “um saber plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais” (TARDIF, 2002, p. 36).

No que se refere às políticas públicas de formação continuada para professores, essas têm se mostrado extremamente variáveis em termos de seus formatos curriculares (cursos de curta, média e longa duração, seminários, palestras, assessorias no contexto escolar, entre outros), concernentes à Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica (Decreto nº 8.752/2016), aos Parâmetros de Formação Docente (2014) e ao Plano Estadual de Educação (PERNAMBUCO 2015-2025, Lei nº 15.533/2015). Sejam as ações definidas pelos órgãos centrais das redes de ensino, sejam aquelas que são contextualizadas na escola, os desafios de organizar processos integrados, sistemáticos e que respondam ao projeto pedagógico das instituições escolares estão colocados.

Na perspectiva de um modelo de colaboração, considera-se a corresponsabilidade dos professores pela sua formação, a legitimidade das instituições de ensino superior na organização de uma formação centrada na escola, assim como a responsabilidade das secretarias de educação na elaboração de critérios e de parâmetros para a formação docente. Assim, ressalta-se que as ações de formação continuada contam com a colaboração dos diversos sujeitos do sistema educativo, orientados pelas necessidades formativas dos professores. Essa perspectiva supõe a escola como lócus privilegiado de formação e produção de conhecimentos.

Nóvoa (1997) destaca a necessidade de “(re)encontrar espaços de interação entre as dimensões pessoais e profissionais, permitindo aos professores apropriar-se dos seus processos de formação e dar-lhes um sentido no quadro das suas histórias de vida” (p. 25).

Nessa dimensão, a formação de professores contribui para a consolidação de espaços institucionalizados de trabalho coletivo; para direcionamento de metas comuns, oriundas das necessidades da comunidade escolar definidas em seu Projeto Pedagógico e parametrizadas pelas diretrizes e políticas educacionais.

A práxis dessa formação concebe-se como um movimento dialético de ação-reflexão-ação transformada, sendo alimentada por posturas metodológicas que privilegiam procedimentos investigativos, reflexivos e colaborativos, ancorando-se no constante diálogo e partilha entre os entes envolvidos no decorrer do processo formativo. Dessa forma, os professores são compreendidos como sujeitos em transformação e transformadores da realidade e do contexto socioeducacional no qual estão inseridos.

Esse cenário instiga a qualidade dos processos formativos, seja na formação inicial ou continuada de professores. Tais processos devem ir ao encontro do perfil de professor do contexto atual em que se observam mudanças sociais, culturais, tecnológicas, econômicas, entre outras, as quais demandam profissionais com competências que extrapolam o ato de “transmitir” conteúdos, que estejam abertos às inovações e às constantes aprendizagens, que respeitem as diversidades, que construam a partilha e o diálogo com seus pares, com seus estudantes, bem como com os demais agentes educativos, e que sejam voltados

para a construção de um conhecimento holístico.

É possível perceber que os esforços empreendidos para a superação dos obstáculos para a formação de um profissional com o perfil descrito, ao mesmo tempo que se constituem como desafio, abrem horizontes para a construção de propostas curriculares formativas fundamentadas em outras lógicas para além da especialização disciplinar. A perspectiva do currículo, numa dimensão interdisciplinar na formação inicial e continuada dos professores, constitui-se como um desses horizontes em que os saberes se relacionam em constante diálogo.

A integração curricular tem sido recorrente nos atuais discursos que orientam as políticas e as práticas curriculares da Educação Básica do Brasil. Essa tônica é apresentada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Parecer CNE/CEB nº 7/2010) quando enfatiza que o trabalho do professor, que tem como um dos desafios a transposição didática, deve ser pautado na perspectiva de integrar as diferentes áreas do conhecimento, articulando-as com os saberes e experiências dos estudantes. O propósito dessa abordagem é superar a compartimentação disciplinar que predominou, por muito tempo, como característica do trabalho pedagógico.

Tal como instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica (Resolução CNE/CP nº 2/2015), entendemos que:

A formação docente inicial e continuada para a educação básica constitui processo dinâmico e complexo, direcionado à melhoria permanente da qualidade social da educação e à valorização profissional, devendo ser assumida em regime de colaboração pelos entes federados nos respectivos sistemas de ensino e desenvolvida pelas instituições de educação credenciadas (p.4).  
[...]

Deverá ser garantida, ao longo do processo, efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência (p. 11).

Diante do exposto, a formação inicial e a formação continuada compõem momentos distintos do desenvolvimento profissional, mas, ao mesmo tempo, constituem um percurso de formação, se considerarmos a história de socialização profissional do professor.

## 1.9 AVALIAÇÃO DA, PARA E COMO APRENDIZAGEM

A avaliação é um dos elementos do processo de ensino e de aprendizagem, estando, por isso, intimamente ligada à trajetória escolar do estudante e do professor. Nessa perspectiva, a avaliação precisa ser tratada, por um lado, como um instrumento que acompanha a construção do conhecimento do estudante e, por outro lado, servir ao professor como orientação e direcionamento nos processos de (re)ensino, a partir dos resultados apresentados por eles no decorrer dos processos de construção de conhecimento.

Quando a avaliação é tratada numa perspectiva crítico-reflexiva, de forma processual e não apenas de mensuração de "quanto se aprende", considera-se o estudante em sua singularidade, oferecendo-lhe a oportunidade de construção do conhecimento de maneira integral. Ao ser compreendida como processo, a avaliação acompanha, conseqüentemente, a construção do conhecimento, podendo ser considerada um recurso de ensino e aprendizagem para tomada de decisões a partir de seus resultados. Dessa forma, promove o desenvolvimento de um trabalho que oferece um ambiente que valoriza e apoia a equidade e a construção de processos cognitivos.

Quando o professor utiliza a avaliação como um processo de análise, tanto de sua prática pedagógica como dos caminhos utilizados pelos estudantes para aprender, elevando-se o patamar de compreensão sobre os resultados, passa-se a considerar as necessidades de ensino, tomando como base as reflexões alcançadas nos resultados avaliativos. Tal atitude leva os professores a construir instrumentos de avaliação mais coerentes e assertivos, conduzindo-os a decisões mais acertadas no que diz respeito à garantia das aprendizagens em sala de aula.

Nesse caso, mais importante que identificar o sucesso ou o fracasso é entender o que subjaz aos desempenhos observados: a abordagem seguida pelo estudante para chegar à resposta que ele nos propõe e o sentido do procedimento utilizado. Segundo Santos (2005), avaliação é algo bem mais complexo do que apenas atribuir notas sobre um teste ou prova que se faz. Ela deve estar inserida no processo de aprendizagem do estudante para saber os tipos de avaliações que devem ser praticadas, as quais podem ser:

- I. Formativa: tem como objetivo verificar se tudo aquilo que foi proposto pelo professor em relação aos conteúdos está sendo atingido durante todo o processo de ensino-aprendizagem;
- II. Cumulativa: permite reter tudo aquilo que se vai aprendendo no decorrer das aulas e possibilita ao professor, por poder acompanhar o estudante dia a dia, usá-la quando necessário;
- III. Diagnóstica: auxilia o professor a detectar ou fazer uma sondagem daquilo que se aprendeu ou não, e assim retomar os conteúdos que o estudante não conseguiu aprender, replanejando suas ações, suprimindo as necessidades e atingindo os objetivos propostos;
- IV. Somativa: tem o propósito de atribuir notas e conceitos para o estudante ser promovido ou não de uma classe para outra, ou de um curso para outro, sendo normalmente realizada durante o bimestre;
- V. Autoavaliação: pode ser realizada tanto pelo estudante quanto pelo professor, para se ter consciência do que se aprendeu ou se ensinou e assim melhorar a aprendizagem.

É a partir dessa análise que a avaliação se constitui em um momento reflexivo sobre teoria e prática no processo ensino e aprendizagem e assume o protagonismo devido. Bevenutti (2002) diz que avaliar é mediar o processo de ensino e aprendizagem, é oferecer recuperação imediata, é promover cada ser humano, é vibrar junto a cada estudante em seus lentos ou rápidos progressos. Portanto, ao avaliar, o professor estará constatando as condições de aprendizagem dos estudantes para, a partir daí, prover meios para sua recuperação e não para sua exclusão, se considerar a avaliação um processo e não um fim. Nessa direção, aparece a oportunidade de aprender com os resultados.

Em razão disso, sem dúvida, existe também, na avaliação, um processo de transferência de conhecimentos, quando o estudante, por sua vez, consegue aprender enquanto está sendo avaliado e o professor tem a oportunidade de guiar a aprendizagem desse estudante, enquanto ele cria suas respostas e trabalha de forma a compreender o que se espera dele nesse momento.

A Lei nº. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, possibilita novos olhares sobre os princípios de avaliar como parte do processo de ensino e aprendizagem, o que é confirmado em seu Art. 24 quando estabelece que “a verificação do rendimento escolar observará critérios, dentre eles podemos destacar: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos

aspectos qualitativos sobre quantitativos, e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”.

Para Vasconcelos (2005), deve-se distinguir avaliação de nota. A avaliação é um processo que precisa de uma reflexão crítica sobre a prática, podendo, dessa forma, verificar os avanços e as dificuldades, e o que fazer para superar esses obstáculos. A nota, seja na forma de número ou conceitos, é uma exigência do sistema educacional.

Sendo assim, a avaliação da aprendizagem deve buscar a obtenção de informações fidedignas sobre o trabalho realizado com os estudantes nas diferentes áreas do conhecimento e só tem sentido se for encarada pela comunidade escolar como uma aliada tanto do desenvolvimento de cada estudante, como do alcance da consecução das metas de eficácia e qualidade fixadas pela unidade escolar ou pelos sistemas educacionais. Ela deve ser o resultado de uma análise crítica permanente da prática pedagógica, possibilitando a leitura e a compreensão do seu desenvolvimento.

É nessa perspectiva que a avaliação, no Currículo de Pernambuco, deve ser vista como oportunidade de reflexão do fazer pedagógico, voltada para a garantia dos direitos de aprendizagem dos estudantes.

#### 1.10 TEMAS TRANSVERSAIS E INTEGRADORES DO CURRÍCULO

O Currículo de Pernambuco contempla temas sociais e saberes que envolvem várias dimensões, como: política, social, histórica, cultural, ética e econômica. Tais dimensões são necessárias à formação integral dos estudantes e afetam a vida humana em escala local, regional e global, trazendo temáticas que devem integrar o cotidiano da escola.

Alguns desses temas estão diretamente relacionados às legislações específicas, enquanto outros são sugeridos em diretrizes curriculares, ou mesmo, demandados pela própria comunidade educativa. O que os une é o fato de se relacionarem a diferentes componentes curriculares, garantindo uma abordagem interdisciplinar, transversal e integradora. Citamos alguns desses temas, entendendo que outros poderão ser acrescentados em função de novas demandas legais ou por escolha das próprias escolas, inserindo-os em seus

projetos político-pedagógicos por meio de práticas educativas voltadas para a criação de uma cultura de paz.

**Educação em Direitos Humanos - EDH** (Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, 2006, Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012) - A Educação em Direitos Humanos - EDH, alicerçada no respeito e proteção à dignidade da pessoa humana, compreende o conjunto de práticas educativas fundamentadas nos direitos humanos, tendo como objetivo formar o sujeito de direito. Nesse contexto, a Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco, nas últimas décadas, assumiu a EDH como norteadora das políticas educacionais do estado de Pernambuco e pautou-a no compromisso pela construção de uma escola que se reconheça como espaço pleno de vivências de direitos, premissa fundamental para embasar as relações humanas que acontecem na escola em todos os seus âmbitos.

As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CP nº 1/2012) prescrevem que, na Educação Básica, o currículo poderá ser estruturado tomando por base a perspectiva disciplinar, transversal ou mista, fundindo disciplinaridade e transversalidade. Ao fazer a opção por tratar a EDH na perspectiva transversal, o estado de Pernambuco filia-se ao entendimento de que a cultura dos direitos humanos, conteúdo da EDH, não cabe apenas em um componente curricular, devendo, assim, ganhar espaço no conjunto dos componentes que compõem o currículo. Materializada na perspectiva transversal, a EDH fortalece os paradigmas da educação integral, considerando os estudantes em todas as suas dimensões. Além disso, sedimenta uma cultura de paz na escola, fundamentada na defesa e reconhecimento da igualdade de direitos, valorização das diferenças e das diversidades, laicidade do estado e democracia na educação.

A escola, na perspectiva da EDH, deve desenvolver uma educação pautada em várias dimensões necessárias à formação cidadã: ciências, artes, cultura, história, ética, afetividade, entre outras. Assim, a escola é concebida como espaço sociocultural, lugar de convivência inclusiva, respeitosa e afetiva. O ambiente escolar deve proporcionar, também, uma convivência acolhedora, de auto responsabilidade com o desempenho de cada estudante, de cada professor,

consigo mesmo, bem como de cuidado com o outro, considerando a dignidade de todo ser humano.

**Direitos da Criança e Adolescente** (Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 12.852/2013 - Estatuto da Juventude, Lei nº 13.257/2016 - Marco Legal da Primeira Infância, de 08 de março de 2016) - No campo da discussão dos Direitos da Criança e do Adolescente, o direito de brincar da criança e também o direito de ser cuidada por profissionais qualificados, na primeira infância, devem ser prioridade nas políticas públicas. A criança tem, sobretudo, o direito a ter a presença da mãe, pai e/ou cuidador em casa nos primeiros meses por meio da licença-maternidade e paternidade concedida para cumprimento dos cuidados.

Por sua vez, o direito à educação deve ser garantido a todas as crianças e adolescentes, observando o pleno desenvolvimento de suas potencialidades por meio de uma preparação cultural qualificada, uma base científica e humana na perspectiva de contribuir para a superação das desvantagens decorrentes das condições socioeconômicas e culturais adversas. Nessa direção, situamos também o Estatuto da Juventude, que vem corroborar a inserção social qualificada do jovem como lei complementar ao Estatuto da Criança e do Adolescente, visando garantir direitos de quem tem entre 15 e 29 anos de idade. O Estatuto da Juventude propõe expansão das garantias dadas à infância e à adolescência, além da compreensão de que o jovem deve ser visto nas suas necessidades no momento presente e não *a posteriori*.

Desse modo, as aprendizagens essenciais devem ser contempladas, proporcionando o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias, e possibilitando às crianças, adolescentes e jovens o direito a uma educação de qualidade para que possam atuar socialmente na construção de um mundo mais justo, equitativo, democrático e humano.

O contexto escolar deve ser preparado visando a uma formação cidadã em que todas as crianças e adolescentes devem ser protegidos contra práticas que fomentem a exploração do trabalho infantil e discriminação étnico-racial, religiosa, sexual, de gênero, pessoa com deficiência ou de qualquer outra ordem.

**Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso** (Lei nº 10.741/2003) - O envelhecimento é um fenômeno natural da condição humana. Para além da cronologia, há um conjunto amplo de aspectos que também configuram essa etapa do desenvolvimento humano: biológicos, culturais, históricos, psicológicos e sociais. Embora o envelhecimento humano seja uma condição natural, as representações e sentimentos são construídos socialmente. Dessa forma, faz-se necessário que as escolas incluam, em suas práticas curriculares, ações que visem ao desenvolvimento de comportamentos e atitudes que aproximam as gerações, estimulem os estudantes para o convívio, destituído de preconceitos, com pessoas idosas e sejam educadas para o envelhecimento humano. O objetivo é garantir o respeito, a dignidade e a educação ao longo da vida. Assim, no âmbito escolar, deve-se também reconhecer o protagonismo da pessoa idosa enquanto estudante e como sujeito que, munido de experiências e saberes, aprende mais sobre si mesmo e sobre o mundo.

**Educação Ambiental** (Lei nº 9.795/1999, Parecer CNE/CP nº14/2012, Resolução CNE/CP nº 2/2012 e Programa de Educação Ambiental de Pernambuco - PEA/PE 2015) - A Educação Ambiental é um processo contínuo, dinâmico, participativo e interativo de aprendizagem das questões socioambientais. Dessa forma, a Educação Ambiental constitui uma das dimensões do direito ao meio ambiente equilibrado e sustentável, prioridade na garantia da qualidade de vida das pessoas por meio de concepções e práticas inter/transdisciplinares, contínuas e permanentes, realizadas no contexto educativo. Priorizando as questões ambientais, devemos despertar no estudante a importância de manter relações harmoniosas entre a sociedade e a natureza, preservando a biodiversidade e as culturas. É nessa perspectiva que as atividades educativas devem envolver a escola e a comunidade em seu entorno, refletir sobre atitudes de proteção e preservação da natureza, dialogando por meio dos diferentes componentes curriculares.

**Educação para o Consumo e Educação Financeira e Fiscal** (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010) - Esses temas apontam para abordagens na escola que proporcionem ao estudante ter uma compreensão

sobre finanças e economia, consumo responsável, processo de arrecadação financeira e a aplicação dos recursos recolhidos como também sua importância para o valor social dos tributos, procedência e destinação. De modo geral, essas abordagens devem possibilitar ao estudante analisar, fazer considerações fundamentadas, tomar decisões e ter posições críticas sobre questões financeiras que envolvam a sua vida pessoal, familiar e da realidade social e, por conseguinte, compreender a cidadania, a participação social, a importância sobre as questões tributárias, o orçamento público, seu controle, sua execução e sua transparência, bem como a preservação do patrimônio público.

**Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino da História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena** (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004, Resolução CNE/CP nº 1/2004 e Parecer CNE/CEB nº 14/2015) - essa temática deve ser trabalhada articulada a diferentes componentes curriculares, mas também no âmbito do currículo como um todo. Deve assegurar o conhecimento e o reconhecimento desses povos na formação cultural, social, econômica e histórica da sociedade brasileira, ampliando as referências socioculturais da comunidade escolar na perspectiva da valorização da diversidade étnico-racial, contribuindo para a construção e afirmação de diferentes identidades.

É necessário que as práticas escolares contemplem nos seus currículos o ensino da história e cultura afro-brasileira, africanas e indígenas como forma de reconhecimento da contribuição que diversos povos deram para a história e cultura nacional. Desta maneira, será alcançada uma educação das relações étnico-raciais que respeite a diversidade brasileira e que busque a erradicação da desigualdade e discriminação, ensejando a construção de uma sociedade baseada no reconhecimento das diferenças e na verdadeira democracia racial.

**Diversidade Cultural** (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010) - Ao abordarmos a diversidade cultural, biológica, étnico-racial, devemos considerar a construção das identidades, o contexto das desigualdades e dos conflitos sociais. Este tema aborda a construção histórica, social, política e cultural das diferenças que estão ligadas às relações de poder, aos processos de

colonização e dominação.

Este currículo propõe ações e práticas educativas que contemplem essa temática na sala de aula e em toda comunidade escolar para que se promova o combate ao preconceito e à discriminação. É importante, no contexto escolar, possibilitar a compreensão de que a sociedade humana, sobretudo a brasileira, é composta por vários elementos que formam a diversidade cultural e a identidade de cada povo e de cada comunidade. A partir dessa perspectiva, devem ser desenvolvidas atitudes de respeito às diferenças, considerando que a completude humana é construída na interação entre as diferentes identidades.

**Relações de Gênero** (Parecer CNE/CEB nº 07/2010, Resolução CNE/CEB nº 02/2012, Lei nº 11.340/2006 - Lei Maria da Penha, Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, 2006, Instrução Normativa da SEE nº 007/ 2017 e Portaria MEC nº 33/2018) - A relação de gênero é entendida como uma categoria de análise que ajuda a pensar a maneira como as ações e posturas dos homens e das mulheres são determinados pela cultura em que estão inseridos (SCOTT, 1990). Deve ser também compreendida como um conceito baseado em parâmetros científicos de produção de saberes que transversalizar diversas áreas do conhecimento, sendo capaz de identificar processos históricos e culturais que classificam e posicionam as pessoas a partir de uma relação sobre o que é entendido como feminino e masculino, essencial para o desenvolvimento de um olhar referente à reprodução de desigualdades no contexto escolar. A perspectiva da 'igualdade de gênero', no currículo, é pauta para um sistema escolar inclusivo que crie ações específicas de combate às discriminações e que não contribua para a reprodução das desigualdades que persistem em nossa sociedade. Não se trata, portanto, de anular as diferenças percebidas entre as pessoas, mas sim de fortalecer a democracia à medida que tais diferenças não se desdobram em desigualdades.

A garantia desse debate e a elaboração de estratégias de enfrentamento às diversas formas de violência são, portanto, direitos assegurados por lei. Esses são pautados em demandas emergenciais e que reafirmam a necessidade dos espaços escolares serem lócus de promoção da cidadania e respeito às diferenças. Para efetivar isso, é necessária a implementação de ações com a

perspectiva de eliminar atitudes ou comportamentos preconceituosos ou discriminatórios relacionados à ideia de inferioridade ou superioridade de qualquer orientação sexual, identidade ou expressão de gênero.

**Educação Alimentar e Nutricional** (Lei nº 11.947/2009) - Esse tema deve ser vivenciado por toda comunidade escolar de forma contínua e permanente, visando desenvolver práticas educativas, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional, que respeitem a cultura, as tradições, os hábitos alimentares saudáveis e as singularidades dos estudantes. Perpassa pela valorização da alimentação escolar, o equilíbrio entre qualidade e quantidade de alimentos consumidos, além do estudo sobre macro e micronutrientes necessários para a formação do indivíduo.

Dessa forma, o currículo traz a educação alimentar e nutricional, inserindo conceitos de alimentação e nutrição nas diferentes etapas de ensino, considerando o acesso à alimentação saudável como algo fundamental para o crescimento e desenvolvimento dos indivíduos. Nessa dimensão, é necessário que o currículo desenvolva a percepção de que uma alimentação adequada e saudável é um direito humano, e que seja adquirida e consumida garantindo a segurança alimentar e nutricional.

**Educação para o Trânsito** - (Lei nº 9.503/1997) - A alta incidência de violência no trânsito, inclusive com mortes, remete à necessidade de incentivar a conscientização por meio de um trabalho de educação para o trânsito, envolvendo valores e princípios fundamentais para um convívio social saudável: respeito ao próximo, solidariedade, prudência e cumprimento às leis. É preciso promover práticas educativas e intersetoriais que problematizem as condições da circulação e convivência nos espaços públicos desde a própria escola, seja no campo ou na cidade, para que se promova a convivência mais harmoniosa nos espaços compartilhados, de modo a incentivar uma circulação mais segura de forma eficiente e, sobretudo, mais humana.

A educação para o trânsito deve prever, no currículo da Educação Básica, a construção de valores direcionados ao comportamento respeitoso, ao cuidado com as pessoas e com o meio ambiente, considerando o direito humano à vida,

que se constitui no seu bem maior.

**Trabalho, Ciência e Tecnologia** (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010) - Trazer essa temática para o currículo da Educação Básica contribui para a compreensão do Trabalho enquanto princípio educativo que envolve não só discussões acerca do mundo do trabalho, mas também acerca do desenvolvimento de capacidades humanas para transformação da realidade material, social. Relaciona-se ainda à compreensão da Ciência e Tecnologia enquanto dimensões capazes de provocar reflexões e intervenções sobre o mundo nos aspectos sociais e naturais sem perder de vista o caráter da sustentabilidade.

Nesse sentido, é fundamental que os currículos e as práticas dos professores promovam a pesquisa, como princípio pedagógico, associada a uma abordagem reflexiva dos conteúdos que considere a relação complexa entre os potenciais do Trabalho, da Ciência e da Tecnologia para resolução de problemas, a ampliação da capacidade produtiva e empreendedora, bem como para a garantia de um espaço de reflexão e atuação crítica e ética sobre suas influências nos impactos ambientais e sociais.

É importante que o currículo da Educação Básica, ao abordar essa temática, promova uma reflexão sobre as diversas formas de trabalho, o uso das tecnologias, às suas respectivas funções e organização social em torno de cada profissão, a contribuição dessas para o desenvolvimento da sociedade, bem como sobre as relações sociais e de poder que se estabelecem em torno do mundo do trabalho.

**Saúde, Vida Familiar e Social** (Parecer CNE/CEB nº 11/2010, Resolução CNE/CEB nº 7/2010, Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012) - A temática saúde é um conceito que nos remete não só a ausência de doença, mas, sobretudo, ao completo bem-estar que permeia as pessoas saudáveis. A concepção que se entende por saúde tem relações diretas com o meio cultural, social, político, econômico, ambiental e afetivo em que se vive. A visão histórica dos diversos significados de saúde também sofre variações ao longo do tempo. O currículo, ao desenvolver esse

tema, deve considerar a saúde numa perspectiva mais ampla que envolve as várias dimensões do ser humano, tais como: saúde mental, comportamental, atitudinal, orgânica, física, motora, afetiva, sensorial, entre outras.

É necessário que a pessoa se perceba em sua multidimensionalidade e que a esfera da saúde seja reconhecida sob os diversos aspectos que envolvem uma vida saudável. O contexto político relativo a como a sociedade está organizada também interfere na dimensão da saúde do cidadão. A estrutura da saúde pública, o planejamento das cidades, o saneamento básico, o estilo de vida do/no campo ou da/na cidade, o sistema de transporte e habitacional, as relações familiares e sociais poderão interferir na saúde das pessoas. Esses aspectos devem ser considerados e refletidos no currículo de forma a levar os estudantes a compreenderem e buscarem um estilo de vida mais saudável.

Os temas integradores, acima abordados, além de estarem presentes em habilidades e competências de diferentes componentes curriculares, devem estimular o desenvolvimento de atividades para serem vivenciadas no contexto da escola, envolvendo todas as áreas do conhecimento que compõem o currículo. Por isso, é necessário que se realize um trabalho interdisciplinar, motivador, inclusivo, resultando em uma experiência mais enriquecedora para os estudantes, os professores participantes e também toda a comunidade escolar.

#### 1.11. O DOCUMENTO E SUA ORGANIZAÇÃO

O currículo de Pernambuco tem por objetivo nortear as propostas pedagógicas dos municípios, os projetos políticos pedagógicos das escolas e as práticas pedagógicas vivenciadas em sala de aula. Está em consonância com a Base Nacional Comum Curricular e com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, considerando a formação cidadã dos estudantes pernambucanos.

Constitui-se em documento orientador para a rede estadual, redes municipais e escolas privadas. Também é inspirador para as modalidades da educação básica, embora não contempladas diretamente nele. Essas, por suas especificidades e singularidades, deverão ter documentos curriculares específicos construídos em âmbito estadual e municipal.

Este volume, referente ao ensino fundamental, é formado pelos pressupostos teóricos, a apresentação da etapa e suas fases, introdução de cada área e seus componentes curriculares. Após a abordagem sobre cada componente, vem o seu respectivo organizador curricular que traz, na sua estrutura, os campos de atuação (para o componente Língua Portuguesa), a descrição das unidades temáticas (para os componentes de Educação Física, Língua Inglesa e Arte) e das práticas de linguagem (para os componentes Língua Portuguesa e Língua Inglesa), os objetos de conhecimento, os códigos e, por fim, as habilidades do Currículo de Pernambuco. Ao final de cada componente, encontram-se as referências bibliográficas.

No organizador curricular dos componentes do Currículo de Pernambuco, um código pode ser observado antes da descrição de cada habilidade. Foram utilizados os mesmos códigos da BNCC, entretanto, acrescentou-se PE ao final de cada código, indicando que a habilidade recebeu contribuição das redes públicas e/ou escolas privadas ou foi validada pelas mesmas. Assim, o código **EF 01 LP 01 PE** representa:

**EF** – Ensino Fundamental.

**01** – 1º ano do ensino fundamental.

**LP** – Língua Portuguesa.

**01** – Numeração da habilidade – primeira habilidade. Se tiver uma letra (X, Y Z, por exemplo) em vez de números, indica que esta habilidade não está presente na BNCC, sendo, portanto, exclusiva do Currículo de Pernambuco.

**PE** – As redes de ensino de Pernambuco realizaram alguma modificação nesta habilidade da BNCC ou validaram a mesma.

## REFERÊNCIAS

BENVENUTTI, D. B. **Avaliação, sua história e seus paradigmas educativos.** Pedagogia: a Revista do Curso. Brasileira de Contabilidade. São Miguel do Oeste – SC: ano 1, n.01, p.47- 51, jan.2002.

BRANSFORD, J. D.; BROWN, A. L.; COCKING, R. R. (org.). **Como as pessoas aprendem: cérebro, mente, experiência e escola.** Comitê de Desenvolvimento da Ciência da Aprendizagem, Comitê de Pesquisa da Aprendizagem e da Prática Educacional, Comissão de Educação e Ciências Sociais e do Comportamento, Conselho Nacional de Pesquisa dos Estados Unidos. São Paulo: Editora SENAC, 2007.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº5, de 17 de dezembro de 2009.** Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União. Brasília, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 11, de 7 de outubro de 2010.** Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, Brasília, 2010, Seção 1, p.28.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010.** Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, Brasília, 2010, Seção 1, p.34.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 7, de 7 de abril de 2010.** Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 2010, Seção 1, p.10.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 14, de 11 de novembro de 2015.** Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei 11.645/2008. Diário Oficial da União, Brasília, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer nº3, de 10 de março de 2004.** Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, 2004, Seção 1, p.11.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Parecer nº 14, de 06 de junho de 2012.** Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, 2012, Seção 1, p.18.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Parecer nº 8, de 06 de março de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União, Brasília, 2012, Seção 1, p.33.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988).** Brasília:

Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009.** Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2009.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Dispõe sobre o estatuto do idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha.** Diário Oficial da União, Brasília, 2006.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nº 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2009.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.** Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o sistema nacional de juventude SINAJUVE. Diário Oficial da União, Brasília, 2013.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016.** Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei no. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei no. 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código do Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto- Lei no. 5.452, de 1o. de maio de 1943, a Lei no. 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei no. 12.662, de 5 de junho de 2012. Diário Oficial da União, Brasília, 2016.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1990.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e

Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.** Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Diário Oficial da União, Brasília, 1997.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação; Conselho Pleno. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União, Brasília, 2012, Seção 1, p.48.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução nº 1, 17 de Junho de 2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2, 1 de Julho de 2015.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica. Diário Oficial da União. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016.** Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Brasília: Diário Oficial da União, 10/05/2016. Seção 1, p. 5-6.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 33, de 17 de janeiro de 2018.**  
Brasília,  
2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Política Nacional de Educação Especial**

**na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério de Educação. Conselho Nacional de Educação; Conselho Pleno. **Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, 2012, Seção 1, p.70.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ministério da Educação. Ministério da Justiça. UNESCO. **Plano Nacional de Educação e Direitos Humanos.** Brasília, 2006.

DELORS, J. (Coord.). Os quatro pilares da educação. In: **Educação: um tesouro a descobrir.** São Paulo: Cortez, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOODSON, I. **A construção social do currículo.** Lisboa: Educa, 1997.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. **Os professores e sua formação.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação. **Base Comum Curricular (BCC)** para as redes públicas de ensino de Pernambuco, 2008.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação. **Orientações Teórico- Metodológicas** para o Ensino Fundamental. 2008. Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br>. Acesso em 10 de outubro de 2018.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação. **Parâmetros Curriculares de Pernambuco.** Recife, 2012.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação. **Parâmetros Curriculares na Sala de Aula.** Recife, 2013.

PERNAMBUCO. **Lei Nº 15.533, de 23 de**

**junho de 2015.** Aprova o Plano Estadual de Educação 2015-2025. Pernambuco: Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 24/06/2015. Ano XCII, n. 117, p. 3-9.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Instrução Normativa SEE no. 007/2017.** Estabelece procedimentos e normas para a realização do Cadastro escolar e da Matrícula do(a) estudante, na Educação Básica da Rede Estadual de Ensino do estado de Pernambuco. Diário Oficial do Estado de Pernambuco de 19 de janeiro de 2018. Recife, 2018.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Padrões de Desempenho Estudantil.** Recife, 2014.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Parâmetros de Formação Docente.** Recife, 2014.

PERNAMBUCO. Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade. **Programa de Educação Ambiental de Pernambuco - PEA/PE,** Recife, 2015.

PERRENOUD, P. **Construir competências desde a escola**: trad. Bruno Charles Magne. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

SANTOS, C. R. (et. al.) **Avaliação Educacional: um olhar reflexivo sobre sua prática**., e vários autores, São Paulo: Editora Avercamp, 2005.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990.

SILVA, G. N.; FELICETTI, V. L.. Habilidades e Competências na Prática Docente: perspectivas a partir de situações-problema. **Educação por Escrito**. Porto Alegre, v. 5, n.1, 2014.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed., 3ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

VASCONCELLOS, C. **Avaliação: concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar**. 15. Ed. São Paulo: Libertad, 2005.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

ZABALA, A.; ARNAU, L. **Como Aprender e Ensinar Competências**. Porto Alegre: ArtMed, 2009.

## **2. ENSINO FUNDAMENTAL**

### **2.1 O ENSINO FUNDAMENTAL E SUAS FASES**

O ensino fundamental, segunda etapa da educação básica, passou por muitas mudanças ao longo de sua história. Nesse sentido, foi criada a Lei nº 11.274/2006 (BRASIL, 2006), que dispôs sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental com matrícula obrigatória de crianças a partir dos 6 (seis) anos de idade e, em 2010, foram publicadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, trazendo orientações para os processos de (re)construção tanto dos currículos quanto dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) das escolas dos âmbitos estadual, distrital e municipal (BRASIL, 2010).

Por ser a etapa da educação básica de maior duração, atendendo crianças e adolescentes dos 6 (seis) aos 14 (quatorze) anos de idade, com especificidades diversas, físicas, cognitivas, afetivas, sociais, emocionais, dentre outras, o ensino fundamental sempre teve o desafio de proporcionar uma formação mais adequada aos estudantes. Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), construída com participação das secretarias estaduais e da UNDIME, homologada em dezembro de 2017, trouxe grande contribuição ao indicar o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver ao longo da educação básica, orientando a elaboração dos currículos e ao que deve ser ensinado em âmbito nacional, resguardando as características sociais e regionais existentes nos contextos dos entes federados.

O Currículo de Pernambuco pretende, em consonância com a BNCC, garantir com qualidade o direito que todos os estudantes têm de aprender. Caminhando nesse sentido, no ensino fundamental – anos iniciais, busca-se, em diálogo com as experiências oriundas da educação infantil, dar continuidade às situações lúdicas e progressivas de aprendizagem. No tocante aos dois primeiros anos, o trabalho pedagógico dará ênfase aos processos de alfabetização sempre associados às práticas do letramento. Tais engajamentos devem ocorrer imbuídos da perspectiva de progressão do conhecimento e para favorecer a consolidação das aprendizagens

anteriores e a “ampliação das práticas de linguagem e da experiência estética e intercultural das crianças”. (BRASIL, 2017, p. 57).

No ensino fundamental – anos finais, o perfil dos estudantes se modifica ainda mais. Além dos novos desafios relacionados às mudanças físicas e emocionais, recairá a responsabilidade de adaptação a um trabalho orientado por vários professores especialistas em suas áreas do conhecimento – ao contrário da fase anterior. É imprescindível que se retorne às aprendizagens adquiridas nos anos iniciais, ressignificando-as e aprofundando-as. A seguir, procura-se discorrer melhor sobre as transições.

## 2.2 A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS

É indispensável articulação curricular entre todas as etapas da Educação Básica. Além de ser consenso entre os educadores, tal articulação é preconizada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 4/ 2010). Em seu artigo 24, a continuidade da educação infantil no ensino fundamental é proposta na perspectiva de reconhecer que os objetivos da formação básica das crianças, estabelecidos para a educação infantil, devem estender-se durante os anos iniciais do ensino fundamental. Tais objetivos devem promover, ainda, a ampliação e a intensificação gradativa do processo educativo. Isso favorece a possibilidade de assegurar um percurso contínuo de aprendizagens às crianças, conforme estabelece o artigo 29 das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (Resolução CNE/CEB no.7/2010).

No tocante a medidas com o intuito de articular a educação infantil com os anos iniciais do ensino fundamental, é importante o reconhecimento das aprendizagens da criança antes mesmo do seu ingresso no ensino fundamental, bem como a valorização do caráter lúdico na ação pedagógica. Além disso, a identificação das necessidades das crianças pode ajudar a escola a se transformar, a partir do momento em que ela percebe quem são essas crianças e de que forma é possível atender suas reais necessidades. Até porque, tanto na educação infantil quanto nos primeiros anos do ensino fundamental, as especificidades inerentes a

ambas as etapas estão ligadas, sobretudo, ao reconhecimento das especificidades da infância, tais como seus aspectos psicológicos, emocionais, cognitivos, físicos, dentre outros.

É de uma concepção ampla de infância e de criança que se deve partir, quando se pensa na criação de um currículo ou de propostas pedagógicas para essas duas etapas, visto que o ciclo da infância não termina aos 6 anos de idade, momento no qual a criança ingressa no primeiro ano do ensino fundamental.

A ampliação das aprendizagens deve ser um contínuo na vida das crianças, sendo a transição para essa etapa de escolarização um momento especial. Nesta perspectiva, a articulação entre conhecimentos e vivências da escola e de fora da escola, tão presente nos campos de experiência da educação infantil, deve ser preservada e enfatizada no ensino fundamental, abrindo-se também espaço para as novas possibilidades de aprendizagens.

Ao longo dos séculos, a concepção de criança modificou bastante, inclusive expressando visões contraditórias a seu respeito. Entre os moralistas e os educadores do século XVII, por exemplo, a criança era vista como fruto do pecado e, assim, deveria ser direcionada ao caminho do bem. Através desse pensamento, entendia-se que a formação moral e o direcionamento às aprendizagens deveriam ficar a cargo da igreja. É nesse momento que surge a explicação dos dois modos de atendimento aos quais se destinavam às crianças: um de caráter repressor e outro compensatório. É justamente nesse período que, para Kramer (2003), a criança ora é considerada ingênua, inocente e graciosa – daí a necessidade da paparicação –; ora compreendida como um ser imperfeito e incompleto – carecendo, por isso, passar pelo processo de moralização e de uma educação administrada pelos adultos.

Atualmente, a ideia de infância corresponde à consciência da singularidade infantil. É exatamente essa natureza singular que estabelece a diferença entre a criança e o adulto. A criança deve ser considerada como sujeito histórico e de direitos. É através das interações, das relações e das práticas cotidianas que ela vivencia e constroi sua identidade pessoal e coletiva. A criança deve, ainda, ser compreendida como pessoa cidadã e ser respeitada em seus aspectos integrais. Para isso, a educação deve se pautar na perspectiva da formação humana, no

exercício da cidadania e no direito de aprender. Cabe à escola proporcionar experiências no campo das interações e explorar a ludicidade nos processos de ensino e nas propostas de atividades cotidianas. Assim, estará valorizando as características e vivências do trabalho oriundo da Educação Infantil – sobretudo nos anos iniciais do Ensino Fundamental –, com as quais as crianças já estão familiarizadas.

As etapas possuem, portanto, suas dinâmicas e proporcionam níveis de complexidade diferenciados. Isso considerando os desafios que se apresentam e se constituem como elementos impulsionadores do desenvolvimento da criança. Assim, torna-se natural que ocorram períodos de transição, possibilitando novas aquisições na construção dos conhecimentos necessários ao desenvolvimento das aprendizagens de forma progressiva (BRASIL, 2017). Nesse movimento, é imprescindível o entrelaçamento de professores, crianças e suas famílias. Caminhando nesse sentido, aumenta a possibilidade de se promover ações, esforços e sentimentos capazes de contribuir para uma vivência segura e tranquila dos processos educativos e das práticas pedagógicas.

A família possui um papel fundamental na transmissão de valores às crianças, até porque se constitui como importante grupo social no qual elas estão inseridas desde muito cedo. Desse modo, o ambiente familiar acaba possibilitando aprendizagens diversas, envolvendo desde a solução de conflitos e o controle das emoções até a manifestação de sentimentos proporcionados pela convivência e possibilidade de aprender com a diversidade humana – e com as situações adversas vividas no seio familiar. O apoio e participação da família são imprescindíveis tanto na educação infantil como no início do ensino fundamental e ao longo do mesmo. É indiscutível que as aprendizagens são mais facilmente consolidadas, nessas etapas da educação, quando se tem a família como aliada aos processos que visam à aquisição e ao desenvolvimento das competências e habilidades estabelecidas ao longo do percurso escolar.

## 2.3 A TRANSIÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS PARA OS ANOS FINAIS

O processo de transição da fase dos anos iniciais para a fase dos anos finais, da etapa do ensino fundamental, requer uma atenção cuidadosa para a sua especificidade, pois esta última deverá consolidar o caminho alicerçado na fase anterior. Reitera-se, portanto, a premência de uma formação para o respeito aos direitos humanos, à vida em comum, à coesão social, à cooperação, às práticas cidadãs ativas e à solidariedade no convívio comunitário, por meio da articulação entre todas as etapas da educação, como preveem as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, em seu artigo 29:

A necessidade de assegurar aos alunos um percurso contínuo de aprendizagens torna imperativa a articulação de todas as etapas da educação, especialmente do Ensino Fundamental com a Educação Infantil, dos anos iniciais e dos anos finais no interior do Ensino Fundamental, bem como do Ensino Fundamental com o Ensino Médio, garantindo a qualidade da Educação Básica. (BRASIL, 2010).

A fim de promover uma transição integrada dos anos iniciais para os anos finais do ensino fundamental, é necessário que este último se articule ao direcionamento didático-pedagógico norteador da etapa e da fase precedentes: educação infantil e anos iniciais, respectivamente. Também é imprescindível considerar as particularidades integrantes do amplo arcabouço conceitual e metodológico dos anos finais, no sentido de garantir um processo continuado e progressivo de construção das aprendizagens previstas para o ensino fundamental (AGUIRRE, 2017).

Isso requer a sistematização de conhecimentos no sentido de proporcionar oportunidades para a elaboração de conceitos e a preocupação com o desenvolvimento cognitivo que reconheça os aspectos objetivos e subjetivos da prática educativa, enfatizando as transformações que ocorrem e que caracterizam essa passagem como momento de reflexão e reorganização da vida dos estudantes, bem como a dos professores (BONDÍA, 2002).

A articulação entre essas fases é de grande importância e nela inclui-se, principalmente, a relação entre os anos iniciais e os anos finais do ensino fundamental, haja vista serem nestas fases que se intensificam as rupturas decorrentes do gradativo desenvolvimento da maturidade dos estudantes e a consequente e necessária adequação teórico-metodológica às capacidades cognitivas destes por parte da escola, por meio das práticas pedagógicas ali desenvolvidas (MESOMO, 2014).

Acompanhamos, nas últimas décadas, propostas de mudanças para o ensino fundamental em nosso país. Isso se deve à concepção desta etapa como um direito fundamental dos cidadãos, uma vez que, sob tais termos, constituiu-se em uma garantia mínima de formação para a vida pessoal, social e política. Percebe-se, desde então, que todos os cidadãos têm o direito de obter o domínio dos conhecimentos escolares previstos para esta etapa da escolarização básica e de construir os valores, as atitudes e as habilidades derivados desses conteúdos e das interações que ocorrem no processo educativo.

Na transição entre as fases inicial e final do ensino fundamental, há que se considerar uma série de aspectos que incidem nas relações entre estudantes e professores. Entre as transformações deflagradoras de mudanças nesses relacionamentos, está a aplicação mais frequente e sistemática de instrumentos avaliativos, a elevação do quantitativo de conteúdos, o acréscimo de componentes curriculares - com decorrente aumento no número de professores, bem como a redução do tempo de convivência entre estes e os estudantes. Como consequência de tudo isso, há um aprofundamento da impessoalização no trato entre os sujeitos envolvidos no ato de ensinar e aprender que apresenta, entre outros reflexos, um maior distanciamento físico e uma dificuldade de construir empatia recíproca.

Com isso, faz-se *mister* a delimitação, em termos de concepção e elaboração, de diretrizes educacionais específicas para os anos finais do ensino fundamental, no que diz respeito à articulação da intencionalidade pedagógica e à delimitação de procedimentos didáticos e avaliativos, num processo contínuo e progressivo das aprendizagens previstas para a trajetória escolar dos estudantes nesta fase. Para que ocorra uma transição integrada e qualificada entre essas fases, será necessário considerar as diversas particularidades conceituais e metodológicas dos

anos finais do ensino fundamental, além das características do desenvolvimento cognitivo dos estudantes, de modo a oportunizar o enriquecimento e a construção de aprendizagens previstas para esta fase.

O propósito do trabalho pedagógico será garantir a identificação dos saberes/conhecimentos escolares a serem sistematizados e que lhes são apresentados na fase a que acabam de chegar, realizando uma prática de ensino significativa para os estudantes em seu novo momento do processo educativo. Assim, poderão ser superados, entre outros, problemas, como a indiferença de muitos estudantes a conteúdos e eles expostos sem os valores do sentido e da representatividade para a sua vida.

Diante disso, é primordial a atenção, o zelo e a aproximação entre professores e educandos, considerando a integralidade da relação entre esses sujeitos, uma vez que a familiarização com novos professores e novas dinâmicas, novos conteúdos e componentes curriculares constituir-se-á em aspecto relevante para o sucesso da transição entre as fases que compõem o ensino fundamental e para a própria aprendizagem, desenvolvimento, construção de habilidades e competências. Os afetos precisam ser garantidos nesse momento da vida escolar do estudante, já que sua convergência com os aspectos conteudísticos e cognitivos serão bastante relevantes na construção da aprendizagem.

Os processos de ensino-aprendizagem como ato contínuo, nos quais se insere o estudante dos anos finais do ensino fundamental, deve ter em conta uma perspectiva dialética e dialógica, além de observar as experiências vivenciadas nos espaços coletivos da escola. Para tanto, é preciso considerar o caráter progressivo entre as habilidades e competências já construídas e as que serão desenvolvidas, pois esse caráter progressivo corrobora a ideia de que o trabalho pedagógico deve acontecer de forma contínua e sem rupturas, garantindo aos estudantes um tempo maior de convívio escolar, mais oportunidades de aprender e, assim, assegurando-lhes uma construção de aprendizagem significativa e mais sólida.

## REFERÊNCIAS

AGUIRRE, K. C. **A transição dos anos iniciais para os anos finais do ensino fundamental**: o que diz a produção nacional. 2017.24f. Graduação (Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul), Chapecó, UFFS, 2017.

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**. n.19, jan/fev/mar/abr 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010**. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, Brasília, 2010.

BRASIL. **Lei nº11.274, de 6 de fevereiro de 2006**. Altera a LDB, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

KRAMER, S. **A Política do Pré-Escolar no Brasil**: A arte do disfarce. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2003.

MESOMO, O. L. C.; PAWLAS, N. O. **Articulação entre as duas etapas do ensino fundamental**: anos iniciais (5º ano) e anos finais (6º ano). Unicentro, Paraná, 2014.

### **3. ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS – ENSINO RELIGIOSO**

#### **3.1. ÁREA: ENSINO RELIGIOSO**

O Ensino Religioso está presente no contexto educacional brasileiro desde os tempos do Brasil Colônia. Na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, sua oferta tornou-se obrigatória nas escolas públicas do Ensino Fundamental e sua matrícula facultativa. Com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos (Resolução CNE/CEB nº 7/2010), foi reconhecido como área de conhecimento no âmbito da Educação Nacional. Esse documento apresenta todas as áreas de conhecimento com seus respectivos componentes curriculares.

Na proposta de orientação curricular da Secretaria de Educação e Esportes do Estado de Pernambuco, o Ensino Religioso tem como fundamento epistemológico e pedagógico a transposição didática da Área de Ciências da Religião. Essa área dialoga com teóricos das diversas áreas do conhecimento, conforme esclarecem os Parâmetros Curriculares de Ensino Religioso publicados, em 2015, no site da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco (PERNAMBUCO, 2015). Essa área do Ensino Religioso deverá, portanto, ser entendida como uma base estrutural de leitura e interpretação da realidade, imprescindível para oportunizar a participação do cidadão na sociedade de forma autônoma.

Importante ressaltar que o reconhecimento da Área de Ciências da Religião pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) aconteceu através da portaria CAPES 174/2016, publicada no Diário Oficial da União do dia 13/10/2016.

Ao considerar a finalidade da área Ensino Religioso, hão de ser ressaltados os princípios norteadores das políticas educativas e das ações pedagógicas, tais como os princípios de liberdade, solidariedade humana, justiça, respeito à dignidade da pessoa humana, promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito e discriminação.

Os princípios Éticos, Políticos e Estéticos são de fundamental importância no Ensino Religioso, principalmente o reconhecimento do respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais (princípios políticos).

No tocante aos princípios estéticos, o cultivo da sensibilidade, da racionalidade, bem como a valorização das diferentes manifestações culturais e construção de identidades plurais e solidárias são importantes para o Ensino Religioso. Nessa direção, ressaltamos a necessidade quanto à exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os estudantes que apresentam diferentes necessidades.

Tais princípios, Éticos, Estéticos e Políticos, contribuem para o pleno desenvolvimento do estudante, seu preparo para o exercício da cidadania, estando contidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) Anos, quando tratam dos Princípios norteadores (Parecer CNE/CEB nº11/2010).

Outros documentos normativos, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e a Resolução CNE/CEB nº 07/2010, também fundamentam o Ensino Religioso juntamente com a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) e a Resolução CEE/PE nº 05/2006.

Na perspectiva estabelecida pelos documentos supracitados, enquanto Área de Conhecimento, o Ensino Religioso deverá garantir a possibilidade de analisar a religião como um fenômeno religioso. Um fenômeno dessa natureza pode ser compreendido como uma dimensão humana do sagrado que fornece um sentido para a vida através das experiências com o transcendente e que ajuda o ser humano a superar suas limitações e necessidades inerentes a sua condição. Esse fenômeno se expressa em aspectos da religião como mitos, ritos, símbolos, doutrinas, experiência religiosa e normas com o quais o homem manifesta seus contatos com o transcendente e os realiza.

Ao considerar a religiosidade, as religiões e os sistemas de crença sob a perspectiva do fenômeno religioso, enseja-se uma análise crítica de qualquer tradição ou cultura religiosa, sem proibições, limitações ou proselitismo. O pluralismo

de ideias e concepções pedagógicas dispostas no art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional garante as diferenças de opiniões.

No tocante ao Ensino Religioso, essas opiniões são fundamentadas em cientistas da religião. Eles pesquisam sobre os diversos aspectos das tradições e/ou Cosmologias religiosas e Filosofias de Vida. Como consequência dessa atitude investigativa, as Ciências da Religião proporcionam abertura e disposição para a compreensão dos fenômenos religiosos e sua importância na vida do estudante, além de possibilitar o trabalho pedagógico com o método transdisciplinar, uma vez que elas dialogam na interface com as outras ciências.

A transdisciplinaridade, como o prefixo “trans.” indica, diz respeito àquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de qualquer disciplina. Seu objetivo é a compreensão do mundo presente, para o qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento (NICOLESCU, 2001, p. 51).

Segundo Nicolescu (2001), uma atitude transcultural, transreligiosa, transpolítica e transnacional é fundada no respeito ao outro e no aprendizado com ele. Para o professor do Ensino Religioso, o grande desafio no trabalho com a metodologia transdisciplinar envolvendo a temática religiosa é:

[...] reconhecer-se a si mesmo na face do outro, descobrir os nossos condicionamentos sociais, escavar as nossas certezas, as nossas crenças e as nossas convicções para descobrir o que está embaixo. É com o outro, na inter-relação, que eu aprendo a ser (MELO, 2018, p. 228).

Para Aragão (2018), a partir da epistemologia transdisciplinar da complexidade, podemos aprofundar a atitude transcultural e uma mística transreligiosa.

A atitude transcultural designa a abertura de todas as culturas para aquilo que as atravessa e as ultrapassa, indicando que nenhuma cultura se constitui lugar privilegiado a partir de onde se possa julgar universalmente as outras, como nenhuma religião pode ser a única verdadeira – mesmo que cada uma possa se experimentar como absolutamente verdadeira e universal (p. 45).

Nesse contexto, o caminho metodológico indicado pelas Ciências da Religião, que valoriza a pluralidade religiosa no Brasil e no mundo, poderá despertar

no estudante do Ensino Religioso a necessidade da pesquisa e da compreensão dos fenômenos religiosos e das Filosofias de Vida existentes, promovendo o conhecimento, o respeito mútuo e a valorização cultural e religiosa. Como parte da formação básica, o Ensino Religioso deverá garantir o respeito à diversidade cultural e religiosa do país e impedir o proselitismo. Tal recomendação está sustentada no art. 33 da Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

### 3.2 COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE ENSINO RELIGIOSO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

1. Conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos.
2. Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios.
3. Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida.
4. Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver.
5. Analisar as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente.
6. Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz.

### 3.3 ENSINO RELIGIOSO

O presente documento faz parte da construção do Currículo para a Educação Básica a partir da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL,

2017) e dos demais documentos normativos educacionais anteriormente citados neste texto.

O Ensino Religioso, como componente curricular nas escolas de Ensino Fundamental, faz parte da área de conhecimento do mesmo nome, contribui para a formação básica do estudante e assegura, consoante o Art. 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica Nacional (LDBEN, 1996), o “respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo”, uma vez que o Brasil é um país laico. Conforme Celso Lafer (2009, p. 226), “laico significa tanto o que é independente de qualquer confissão religiosa quanto o relativo ao mundo da vida civil”. Portanto, laico quer dizer neutro.

Nessa perspectiva, o Ensino Religioso contribuirá para a socialização dos conhecimentos específicos relativos às diversas tradições e/ou culturas religiosas e filosofias de vida, possibilitando o exercício do diálogo inter-religioso diante das relações interétnicas e uma perspectiva intercultural que visa à compreensão das múltiplas experiências religiosas da humanidade. Nesse contexto, afirmamos a necessidade de superar qualquer atitude discriminatória, fazendo-se urgente o trabalho com uma educação baseada na diversidade cultural e religiosa (LIMA; SOUSA; LIMA, 2018).

Para efeito deste currículo, é pertinente refletir sobre “o que ensinar”, “como ensinar” e “para quem ensinar”. São questões pedagógicas que fazem parte da rotina escolar e cada professor deverá levar em conta na execução de sua prática. Tais questões buscam a garantia dos direitos de aprendizagem dos estudantes previstos no texto da BNCC.

Nesse sentido e no tocante ao seu objetivo geral, o Ensino Religioso deve analisar o fenômeno religioso numa perspectiva dialógica presente nas culturas, promovendo a compreensão e o respeito à diversidade cultural e religiosa com base na formação histórico-cultural-social das tradições e/ou culturas religiosas (PERNAMBUCO, 2015). Quanto aos objetivos específicos, a BNCC aponta que o Ensino Religioso deverá (BRASIL, 2017, p. 434):

- a. Proporcionar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos a partir das manifestações religiosas percebidas na realidade dos estudantes;

- a. Propiciar conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença no constante propósito de promoção dos direitos humanos;
- b. Desenvolver competências e habilidades que contribuam para o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares de vida, exercitando o respeito à liberdade de concepções e ao pluralismo de ideias, de acordo com a Constituição Federal.
- c. Contribuir para que os estudantes construam seus sentidos pessoais de vida a partir de valores, princípios éticos e da cidadania.

Além de todos objetivos acima listados, o componente curricular do Ensino Religioso deve garantir a igualdade de oportunidades na oferta dos direitos de aprendizagem aos estudantes com deficiência, conforme a orientação da Lei Federal 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

No que concerne ao “como ensinar” (método), tais objetivos traduzem-se em práticas pedagógicas radicadas na autonomia do professor. A partir desse pressuposto, sugerimos uma caminhada metodológica do Ensino Religioso vivenciado através da pesquisa, da observação, identificação, da reflexão e análise, apropriação e ressignificação de saberes, com ênfase no diálogo. Tal opção atende à apropriação dos conhecimentos propostos por esse componente no Ensino Fundamental cuja finalidade é a formação básica dos estudantes no sentido de construir atitudes e valores de respeito às diferenças existentes na sociedade brasileira em geral.

No que diz respeito ao “para quem ensinar”, ao considerar as duas fases do Ensino Fundamental, destacamos que elas atendem a um público estudantil cuja faixa etária varia dos 6 aos 14 anos de idade e tem como características mudanças em seus aspectos biológicos, emocionais, cognitivos, dentre outros.

Portanto, esse documento representa um valioso instrumento de orientação no processo de ensino e aprendizagem do Ensino Religioso para as escolas. A Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco disponibiliza a todo o corpo de professores o Currículo de Pernambuco com a finalidade de orientar os professores na elaboração dos seus programas e planos de ensino.

### 3.4 ENSINO RELIGIOSO NOS ANOS FINAIS

Nos anos finais, é pertinente chamar a atenção para alguns aspectos referentes à elaboração do currículo. Nessa fase, devem ser “consideradas medidas para assegurar aos estudantes um percurso contínuo de aprendizagens entre as duas fases do Ensino Fundamental” (BRASIL, 2017, p. 57). Tal preocupação deve-se à necessidade de uma maior integração entre essas fases. É de extrema relevância retomar as aprendizagens adquiridas nos Anos Iniciais no contexto do Ensino Religioso para que se promova o aprofundamento e a ampliação de conhecimentos adquiridos, proporcionando avanços na aprendizagem do estudante a partir da articulação entre as duas fases constituintes do Ensino Fundamental.

Essas aprendizagens são expressas nos eixos estruturantes do Ensino Religioso. Esses eixos dão sustentação à organização curricular e são constituídos pelas unidades temáticas, pelos objetos de conhecimento e pelas habilidades propostas. Nesse sentido, a estrutura é algo “próprio dos fenômenos, objetos e sistemas que existem na realidade”, e cada estrutura pode ser analisada de forma distinta, mas “a investigação científica não pode prescindir da visão de todo o sistema, do corpo que analisa, em sua totalidade” (TRIVIÑOS, 1992, p. 80). Nessa perspectiva e considerando o documento supracitado, o eixo estruturante do Componente Ensino Religioso é composto pelos seguintes elementos: Unidades Temáticas, Objetos de Conhecimento e Habilidades.

Os Anos Finais apresentam quatro unidades temáticas a saber: “*Crenças Religiosas e Filosofias de Vida*”, em que são abordados os objetos de conhecimento: tradição escrita, ensinamentos da tradição escrita e os símbolos, ritos e mitos religiosos, princípios éticos e valores religiosos, tradições religiosas, mídias e tecnologias, dentre outros. Essa unidade percorre todos os anos dessa fase. É de fundamental importância destacar que nem toda pessoa segue uma religião, mas – pela sua condição de ser social – é defrontada com princípios éticos e morais concernentes ao respeito à vida, à igualdade, à liberdade e à preservação dos direitos fundamentais de todo ser humano.

A unidade “*Manifestações Religiosas*” é abordada no 7º ano; nela se destacam os objetos de conhecimento: místicas e espiritualidades e lideranças

religiosas. Pretende-se o reconhecer, o valorizar e o respeitar as manifestações religiosas, bem como as relações que se delineiam entre as lideranças, proporcionando o diálogo inter-religioso.

A unidade temática “*Filosofia e religião*” é abordada no 6º e 8º anos. Com o objetivo de estimular no estudante a reflexão, o questionamento sobre o fenômeno religioso exercido pelo homem e sobre ele.

A unidade temática “*Meio ambiente e religião*” é trabalhada no 8º ano com o objetivo de estimular a conscientização sobre a importância da natureza para as tradições ou culturas religiosas

As unidades temáticas dialogam com os temas contemporâneos que, de alguma maneira, afetam a sociedade nas escalas local, regional e global. São eles: criança e adolescente; educação para o trânsito; educação ambiental; educação alimentar e nutricional; processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso; educação em direitos humanos; educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena; saúde, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural. Esses temas aparecem nas habilidades de Ensino Religioso ao longo do Ensino Fundamental.

Entende-se, portanto, que o estudo do componente curricular Ensino Religioso contribui para a formação básica do estudante tanto no âmbito de suas relações interpessoais quanto no desenvolvimento de atitudes éticas e de construção de seu projeto de vida. Dessa forma, sua inserção no Currículo do Estado de Pernambuco atende a necessidades profundas que não podem ser desconsideradas no processo de formação educacional e humana dos estudantes. O não atendimento dessas necessidades resultaria, sem dúvida, em um estudante apartado de importantes dimensões estruturantes de sua condição humana multifacetada. É, pois, para ajudar no processo de construção desse estudante citado que o Ensino Religioso se apresenta como componente de clara relevância.

Secretaria  
de Educação



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BUCCO**  
ESTADO DE MUDANÇA

**ORGANIZADOR CURRICULAR TRIMESTRAL**

**ENSINO RELIGIOSO**  
**ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS**



# ORGANIZADOR CURRICULAR POR TRIMESTRE

## 6º ANO

**6ª ANO – I TRIMESTRE**

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES PE
<p align="center"><b>Crenças religiosas e filosofias de vida</b></p>	<p align="center">Tradição escrita: registro dos ensinamentos sagrados</p>	<p>(EF06ER01PE) Reconhecer o papel da tradição escrita na preservação de memórias, acontecimentos e ensinamentos religiosos, incluindo os tipos de textos e livros sagrados que fundamentam as diversas religiões.</p>
	<p align="center">Ensinamentos da tradição escrita</p>	<p>(EF06ER02PE) Reconhecer, valorizar e respeitar a diversidade de textos religiosos escritos (textos do Budismo, Catolicismo, Espiritismo, Protestantismo, Hinduísmo, Islamismo, Judaísmo, Fé Bahá'í, Confucionismo, Wicca, Jainismo, Xintoísmo, Candomblé, Umbanda, Jurema, Religiões Indígenas, entre outros).</p>
		<p>(EF06ER04PE) Reconhecer que os textos escritos são produzidos e utilizados pelas tradições religiosas de maneiras diversas.</p>
		<p>(EF06ER05PE) Discutir como o estudo e a interpretação dos textos religiosos influenciam os adeptos a vivenciarem os ensinamentos das tradições religiosas.</p>

### 6ª ANO – II TRIMESTRE

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES PE
<b>Crenças religiosas e filosofias de vida</b>	Símbolos, ritos e mitos religiosos	(EF06ER06APE) Diferenciar a concepção de símbolos e de símbolos religiosos.
		(EF06ER06PE) Reconhecer a importância dos mitos, ritos, símbolos e textos na estruturação das diferentes crenças, tradições e movimentos religiosos, destacando-os como elementos constituintes das religiões.
		(EF06ER07PE) Exemplificar a relação entre mito, rito e símbolo nas práticas celebrativas de diferentes tradições religiosas, destacando a necessidade do respeito aos símbolos religiosos nos diversos ambientes: na família, nas celebrações religiosas (liturgia) e em outros espaços sociais.

### 6ª ANO – III TRIMESTRE

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES PE
<b>Filosofia e religião</b>	Philo + Sophia;  Conhece-te a Ti mesmo (Oráculo de Delfos);  Cosmogonia e Teogonia	(EF06ERXPE) Compreender o significado da expressão philosophia
		(EF06ERYPE) Promover a reflexão e a atitude filosófica.
		(EF06ERZPE) Caracterizar a cosmogonia como uma narrativa sobre o nascimento e a organização do mundo.
		(EF06ERKPE) Caracterizar a Teogonia como um narrativa sobre a origem dos deuses.

# ORGANIZADOR CURRICULAR POR TRIMESTRE

## 7º ANO

7ª ANO – I TRIMESTRE		
UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES PE
Manifestações religiosas	Místicas e espiritualidades	(EF07ER01APE) Conceituar místicas e espiritualidades, valorizando o diálogo com as outras religiões e o respeito para com elas.
		(EF07ER01PE) Reconhecer e respeitar as práticas de comunicação com as divindades em distintas manifestações e tradições religiosas, valorizando a tolerância, o diálogo inter-religioso e o respeito para com as outras religiões.
		(EF07ER02PE) Identificar práticas de espiritualidades utilizadas pelas pessoas em determinadas situações (acidentes, doenças, fenômenos climáticos e outros).

7ª ANO – II TRIMESTRE		
UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES PE
Manifestações religiosas	Lideranças religiosas	(EF07ER03PE) Reconhecer os papéis social e espiritual atribuídos às lideranças de diferentes tradições religiosas.
		(EF07ER04PE) Exemplificar líderes religiosos que se destacaram por suas contribuições na sociedade e na sua região.
		(EF07ER05PE) Discutir estratégias que promovam a convivência ética e respeitosa entre as religiões.
		(EF07ER05APE) Promover o reconhecimento e o diálogo inter-religioso da diversidade cultural-religiosa como patrimônio da humanidade.

**7ª ANO – III TRIMESTRE**

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES PE
<p align="center"><b>Crenças religiosas e filosofias de vida</b></p>	<p align="center">Princípios éticos e valores religiosos</p>	<p>(EF07ER06PE) Identificar princípios éticos em diferentes tradições religiosas e filosofias de vida, discutindo como podem influenciar condutas pessoais e práticas sociais.</p>
	<p align="center">Liderança e direitos humanos</p>	<p>(EF07ER07PE) Identificar e discutir o papel das lideranças religiosas e seculares na defesa e promoção dos direitos humanos, cultivando a paz e o respeito como condição necessária para a vida em sociedade.</p>
		<p>(EF07ER07APE) Conhecer a Declaração Universal dos Direitos Humanos, destacando o respeito à liberdade religiosa.</p>
		<p>(EF07ER08PE) Reconhecer o direito à liberdade de consciência, crença ou convicção, questionando concepções e práticas sociais que a violam.</p>
		<p>(EF07ER08APE) Conhecer a Declaração de Princípios sobre a Tolerância da UNESCO (1995).</p>
<p>(EF07ER08BPE) Estimular o diálogo inter-religioso, o processo de autorreflexão e a tolerância religiosa.</p>		

# ORGANIZADOR CURRICULAR POR TRIMESTRE

## 8º ANO

8ª ANO – I TRIMESTRE		
UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES PE
Filosofia e religião	Correntes filosóficas e a religião	(EF07ERXPE) Conceituar correntes filosóficas.
		(EF07ERYPE) Identificar a influência das várias correntes filosóficas na religião.
Crenças religiosas e filosofias de vida	Crenças, convicções e atitudes	(EF08ER01PE) Discutir como as crenças e convicções podem influenciar escolhas e atitudes pessoais e coletivas.
		(EF08ER01APE) Refletir sobre a presença religiosa e as mudanças no cenário político contemporâneo brasileiro no sentido de valorizar os direitos humanos.
		(EF08ER02APE) Compreender as correntes filosóficas que caracterizam as crenças, as convicções e as atitudes das pessoas perante a vida
		(EF08ER02PE) Analisar correntes filosóficas, manifestações e tradições religiosas, destacando seus princípios éticos e os direitos fundamentais de todo ser humano.

8ª ANO – II TRIMESTRE		
UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES PE
Crenças religiosas e filosofias de vida	Doutrinas religiosas	(EF08ER03PE) Conhecer as diversas doutrinas religiosas, diferentes tradições religiosas e suas concepções de mundo.
	Crenças, filosofias de vida e esfera pública	(EF08ER04APE) Conhecer e analisar as diferentes filosofias de vida e tradições religiosas.
		(EF08ER04PE) Discutir como filosofias de vida, tradições e instituições religiosas podem influenciar diferentes campos da esfera pública (política,

		saúde, educação, economia, meio ambiente, entre outros).
		(EF08ER05PE) Debater sobre as possibilidades e os limites da interferência das tradições religiosas na esfera pública.
		(EF08ER05APE) Compreender e respeitar as diferentes abordagens relativas às estruturas familiares e à sexualidade humana.
		EF08ER06XPE) Compreender o que são políticas públicas.
		(EF08ER06YPE) Analisar práticas, projetos e políticas públicas que contribuem para a promoção da liberdade de pensamento, crenças e convicções.

8ª ANO – III TRIMESTRE		
UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES PE
<b>Crenças religiosas e filosofias de vida</b>	Crenças, filosofias de vida e esfera pública	(EF08ER06ZPE) Conhecer as ações afirmativas da Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008, que tratam da história e cultura afro-brasileira e indígena.
	Tradições religiosas, mídias e tecnologias	EF08ER07PE) Conhecer e debater sobre as formas de uso das mídias e tecnologias pelas diferentes religiões.
<b>Meio ambiente e religião</b>	Tradições e/ou culturas religiosas e educação ambiental	(EF08ERZPE) Compreender a importância do meio ambiente para as tradições e/ou culturas religiosas.

# ORGANIZADOR CURRICULAR POR TRIMESTRE

## 9º ANO

9ª ANO – I TRIMESTRE		
UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES PE
Crenças religiosas e filosofias de vida	Imanência e transcendência	(EF09ER01PE) Analisar princípios e orientações para o cuidado da vida nas diversas tradições religiosas.
		(EF09ER01APE) Compreender os conceitos de imanência e transcendência.
		(EF09ER01BPE) Valorizar o respeito à diversidade cultural-religiosa presente na sociedade.
		(EF09ER02PE) Discutir as diferentes expressões de valorização e de desrespeito à vida por meio da análise de publicações e relatos nas diferentes mídias.

9ª ANO – II TRIMESTRE		
UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES PE
Crenças religiosas e filosofias de vida	Vida e morte	(EF09ER03PE) Identificar os sentidos do viver e do morrer em diferentes tradições religiosas através do estudo de mitos fundantes.
		(EF09ER03APE) Compreender as relações entre o visível e o invisível, bem como entre os elementos emocionais, vivenciais e intelectuais ligados à prática religiosa.
		(EF09ER04PE) Identificar concepções de vida e morte em diferentes tradições religiosas e filosofias de vida por meio da análise de diferentes ritos fúnebres.
		(EF09ER04APE) Conhecer as concepções de vida e morte para os povos indígenas, os quilombolas, os povos de terreiros, os ciganos e outras comunidades tradicionais.

		(EF09ER05PE) Analisar as diferentes ideias de imortalidade elaboradas pelas tradições religiosas (ancestralidade, reencarnação, transmigração e ressurreição).
--	--	--

9ª ANO – III TRIMESTRE		
UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES PE
<b>Crenças religiosas e filosofias de vida</b>	Princípios e valores éticos	(EF09ER06PE) Reconhecer e valorizar coexistência das diversas crenças religiosas e filosofias de vida como uma atitude ética de respeito à vida e à dignidade humana.
		(EF09ER07PE) Identificar e valorizar princípios éticos (familiares, religiosos e culturais) que possam alicerçar a construção de projetos de vida.
		(EF09ER07APE) Conhecer o documento: a Declaração de Princípios sobre a Tolerância da UNESCO.
		(EF09ER08PE) Construir projetos de vida assentados em princípios e valores éticos conforme assegura a Constituição Federal.

PERNAMBUCO

Secretaria  
de Educação



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BU**CO  
ESTADO DE MUDANÇA

## REFERÊNCIAS

ARAGÃO, G. Transdisciplinaridade e diálogo inter-religioso no Recife. In: **Espiritualidades, Transdisciplinaridade e Diálogo 2**. Recife: UNICAP, 2018, p. 26-46.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria da Educação, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília: Diário Oficial da União, 2015.

BRASIL. **Parecer nº 11, de 7 de outubro de 2010**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9(nove) anos. Brasília: Diário Oficial da União, 2010.

BRASIL. **Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9(nove) anos. Brasília: Diário Oficial da União, 2010.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Diretoria de Avaliação. **Relatório de Avaliação 2013-2016 Quadrienal 2017**. Disponível em: <[http://capes.gov.br/images/documentos/Relatorios\\_quadrienal\\_2017/20122020-Ci%3%AAncias-daReligi%3o\\_relatorio-de-avaliacao-2017\\_final.pdf](http://capes.gov.br/images/documentos/Relatorios_quadrienal_2017/20122020-Ci%3%AAncias-daReligi%3o_relatorio-de-avaliacao-2017_final.pdf)>. Acesso em: 01 nov. 2018.

LAFER, Celso. **Estado Laico**. In: Direitos Humanos, Democracia e República – Homenagem a Fábio Konder Comparato. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2009, p. 226.

LIMA, M. C. B. C. L.; SOUSA, R. S; LIMA, W. M. **Educação e diversidade cultural presentes(?) na Base Nacional Comum Curricular**. 7º EPEPE (Encontro de Pesquisa Educacional em Pernambuco): Diálogos e Saberes. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2018.

MELO, C.J. B. Maracatu estudantil rainha Adelaide. In: ARAGÃO, G.; VICENTE, M. **Espiritualidades, Transdisciplinaridade e Diálogo 2**. Recife: UNICAP, 2018, p. 225-241.

NICOLESCU, B.. **O manifesto da transdisciplinaridade**. São Paulo: Trion, 2001.

PERNAMBUCO. **Parâmetros Curriculares de Ensino Religioso para o Ensino Fundamental**. Disponível no site:  
<file:///D:/BNCC/CURR%C3%8DCULO%20BNCC%202018/SUPORTE%20MATERIAIS/Par%C3%A2metros%20Curriculares%20de%20Ensino%20Religioso\_atualizado%20(1).pdf> Acesso em: 01 jun. 2018.

PERNAMBUCO. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n. 05, de 09 de maio de 2006**. Recife: Secretaria de Educação, 2006.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1992.



## FICHA TÉCNICA

### **COMISSÃO ESTADUAL DE CONSTRUÇÃO CURRICULAR**

#### **TITULARES**

Ana Coelho Vieira Selva  
Frederico da Costa Amâncio  
Manuel Messias Silva de Sousa  
Maria Elza da Silva  
Ricardo Chaves Lima  
Sônia Regina Diógenes Tenório

#### **SUPLENTES**

Abraão Barbosa da Silva  
Arthur Ribeiro de Senna Filho  
Cláudia Roberta de Araújo Gomes  
Claudison Vieira de Albuquerque  
Shirley Cristina Lacerda Malta  
Vaneska Maria de Melo Silva

### **COORDENAÇÃO ESTADUAL DO CURRÍCULO**

Ana Coelho Vieira Selva  
(Secretária Executiva de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco)

Sônia Regina Diógenes Tenório  
(Vice Presidente da UNDIME/PE)

#### **ARTICULAÇÃO MUNICIPAL**

Adriana Maria das Neves

#### **ANALISTA DE GESTÃO**

Beatriz Lobato da Silva

### **COORDENAÇÃO DE ETAPA**

José Pereira de Assis Filho  
Rosinete Salviano Feitosa

### **TEXTO INTRODUTÓRIO**

#### **REDATORES**

Alison Fagner de Souza E Silva  
Ana Coelho Vieira Selva  
Anair Silva Lince Melo  
Ângela Cristina Pascaretta Gallo  
Cláudia Mendes de Abreu Furtado  
Cláudia Roberta de Araújo Gomes  
Dayvi Santos

Durval Paulo Gomes Júnior  
Edney Alexandre de Oliveira Belo  
Evandro Ribeiro de Souza  
Evanilson Alves de Sá  
Geny Pereira Mendes  
Josebias José dos Santos  
Marcos Aurélio Dornelas da Silva

Maria Cândida Sérgio  
Maria do Carmo de Oliveira  
Maria Jussara de Oliveira  
Marieta Pinho Barros  
Marinaldo Alves de Souza  
Miguel Rodrigues Menino  
Naedva Santiago Burgos

### **ENSINO FUNDAMENTAL**

#### **LEITORES CRÍTICOS**

Júlio Ricardo de Barros Rodrigues  
Rilva José Pereira Uchoa Cavalcanti  
Zélia Granja Porto

### **LÍNGUA PORTUGUESA**

#### **REDADORES**

Ana Maria Morais Rosa  
Bernadete de Andrade Sotero  
Danielle da Mota Bastos Alves

Nelino Azevedo de Mendonça  
Shirley Cristina Lacerda Malta  
Sunnye Rose Carlos Gomes da Silva  
Suzana Maria Brainer  
Suzane Bezerra de França  
Vera Lúcia Braga de Moura  
Vitória Teresa da Hora Espar

#### **REVISÃO**

Ana Carolina Ferreira de Araújo  
Jamersson Marcelino da Silva  
Salmo Sóstenes Pontes  
Samuel Lira de Oliveira

#### **LEITORES CRÍTICOS**

Diego Bruno Barbosa Felix Geam Karlo  
Gomes Hérica Karina Cavalcanti De Lima  
Jaciera Josefa Gomes  
Jailson de Oliveira da Silva  
Jailton Ferreira de Oliveira  
Jamesson Marcelino da Silva Maria Clara  
Catanho Cavalcanti  
Maria da Conceição B. de Albuquerque  
Maria da Conceição Gonçalves  
Maria Luisa Araújo Guimarães  
Patrícia Roberta Almeida  
Salmo Sóstenes Pontes  
Samuel Lira de Oliveira  
Sérgio Claudino de Santana  
Wanda Maria Braga Cardoso

## **EDUCAÇÃO FÍSICA**

### **REDADORES**

Júlio Ricardo de Barros Rodrigues

Marcel Anderson Ferreira

### **LEITORES CRÍTICOS**

Alexandre Araújo Albuquerque

Ana Paula Leandro

Dayana da Silva Oliveira

Denis Foster Gondim

Fábio Marques Bezerra

Henrique Kohl

Marcos André Nunes Costa

Suelen Wanessa Oliveira

Verônica de Moraes dos Santos

## **LÍNGUA INGLESA**

### **REDADORES**

Adriana Santos Lima

Socorro Regina de Souza Conrado

### **LEITORES CRÍTICOS**

Alexandre José Figueiredo Lippi

Ana Carolina Ferreira de Araújo

Jamesson Marcelino da Silva

Luciano Carlos Mendes de Freitas Filho

Márcia Telma Pereira da Silva

Maria Valéria Pontes Guerra

Marília Sheyla Domingues G. Yachoua

Rozineide Novaes Ferraz

Vinicius Gomes Pascoa

## **ARTE**

### **REDADORES**

Rafaella de Mélo Cavalcante

Ricardo Luiz da Silva Freire

### **LEITORES CRÍTICOS**

Ana Paula Leandro da Silva

Frederico do Nascimento

Guilherme Panho

Maria Cristina Francelino Sena

Simoni Pimentel Ly

## **MATEMÁTICA**

### **REDADORES**

Fabio Belarmino Bezerra  
Mariluce Maria da Silva  
Regina Celi de Melo André

### **LEITORES CRÍTICOS**

Abraão Juvêncio de Araújo  
Adalberto Teles Marques  
Ana Amara da Silva  
Anderson Marcolino de Santana  
Bruno Simões da Costa Guimarães  
Cristiane de Arimatéa Rocha  
Demóstenes Soares Pessoa  
Fabiana dos Santos Faria  
Givaldo da Silva Costa  
Iran Rodrigues de Oliveira  
Isaías Júlio de Oliveira  
Ítalo Moras de Melo Gusmão  
Jaelson Dantas de Almeida  
José Ivanildo Felisberto de Carvalho  
José Ricardo Machado Castro  
Lúcia de Fátima Durão Ferreira  
Marcelo Câmara dos Santos  
Marilene Rosa dos Santos  
Miguel Rodrigues Menino  
Rosa de Fátima Gomes Cavalcanti

## **CIÊNCIAS**

### **REDADORES**

Jacineide Gabriel Arcanjo  
Maria Selma Augusta de Melo  
Monica Dias do Nascimento

### **LEITORES CRÍTICOS**

Guilherme de Coimbra Santos  
Josefa de Abreu Aguiar Galvão  
Maria de Fátima de Andrade Bezerra  
Renato Lima da Silva Barros  
Sandra Vasconcelos Oliveira Silva  
Sueli Tavares de Souza Silva  
Suzane Bezerra França

## **GEOGRAFIA**

### **REDATORES**

Carlos Antônio Avelar de Melo  
Sônia Magali Alves de Souza

### **LEITORES CRÍTICOS**

Alcione Cabral dos Santos  
Gabriela Monteiro Cabral de Arruda  
Gisélia Maria Sátiro  
Rosalia Soares de Sousa

## **HISTÓRIA**

### **REDATORES**

Maria Lúcia Cavalcante  
Wagner Geminiano dos Santos

### **LEITORES CRÍTICOS**

Délio Roberto Freire  
Juliana Alves de Andrade  
Marta Maria de Andrade Lima  
Pablo Francisco de Andrade Porfírio  
Pablo Henrique Spíndola Torres  
Zuleica Dantas Pereira Campos  
Prof. Dr. Erinaldo Vicente Cavalcanti  
Prof. Dra. Mariana Albuquerque Dantas

## **ENSINO RELIGIOSO**

### **REDATORES**

Constantino José Bezerra de Melo  
Rosalia Soares de Sousa

Wellcherline Miranda Lima

### **LEITORES CRÍTICOS**

Maria da Conceição Barros Costa Lima  
Marize Messias Barbosa Ribeiro

## **Colaboradores**

### **TEXTO INTRODUTÓRIO**

Aclécia Alves de Oliveira  
Adélia de Assis Mousinho Leite  
Adonias José da Silva  
Adriana Higino de Oliveira Trovão  
Adriana Maria Alves da Silva Lopes  
Adriana Rodrigues da Silva  
Adriano Ricardo da Silva  
Alexsandra Felix de Lima Sousa

Aliny Karla Alves de Freitas Lira  
Alyne Roberta Sobral Alves Jacinto  
Ana Célia Bulhões de Albuquerque  
Ana Cláudia Medeiros Soares  
Ana Cristina de Barros Amaral  
Ana Cristina de Oliveira Silva  
Ana Lúcia Barbosa dos S. Paes de Souza  
Ana Lúcia Lopes da Silveira

Ana Maria Xavier de M. Santos  
Ana Nery da Silva  
Ana Paula de Medeiros Paes  
Ana Regina Torres S. Santos  
Ana Tereza de Aquino  
Anderson Leonardo de Araújo Silva  
Andreia Limeira Brito Loiola  
Anselmo Aparecido de Lemos  
Antonio Carlos Pereira  
Aparecida Barbosa da Silva  
Áurea Maria Costa Rocha  
Avany Pereira Barbosa  
Bruno Bezerra dos Anjos  
Carla Patricia de Brito Granja  
Carlos Eduardo Barbosa Alves  
Cícera Cruz Leite Pereira  
Cinderlândia Paula Gameleira  
Cintia Cristina Targino de Carvalho  
Claudete da Silva Barbosa  
Cláudia Barroso Silva de Souza Sá  
Claudinês de Carvalho Mendes  
Cleidimar Barbosa dos Santos  
Clemilda Dias de Souza  
Darllene Virgínia Ribeiro dos Santos  
Dulcinéia Iva da Silva  
Edilene Maria Gomes da Silva  
Edinéa Barbosa Cordeiro  
Edla Soares  
Edvania Arcanjo de Nascimento Barros  
Egineide Edilene S P de Lucena  
Eliete Ferreira Oliveira de Paula  
Eliete Marques de Oliveira Souza  
Elkydóritt da Silva Santos  
Enilson Quintino de Assis  
Erk Sonia Alves dos Santos  
Evanilson Alves de Sá  
Fabiana Moraes Rito  
Fabiana Santos Silva  
Flávia Veras Pereira Xavier  
Francineide de Souza Maia Sá  
Francisca de Jesus Flor Pereira  
Francismar de Jesus Flor Pereira  
Gilvando Gabriel Arcanjo  
Gilvania Muniz Oliveira Veloso  
Helena Patrícia da Silva C. Albuquerque  
Herlan José Tenório Ferreira  
Iolanda Maria dos Santos Sá  
Iracema Dantas dos Santos Alves  
Ivanice Fernandes de Q Viana  
Jakeline dos Santos Arcanjo  
Janaína Bezerra de Souza  
Jeannine Aládia Macêdo dos Santos  
Sales  
Jerusa dos Santos Moura  
Jocileide Bezerra de Oliveira Carvalho  
José Ferreira de Castro  
José Luciano Tenório da Silva  
José Paulino Peixoto Filho  
Joseana Feitosa Dantas  
Josefa Josiana Bezerra Brito  
Joselayne Dayse de Souza Santos  
Joselito Alves Arcanjo  
Josenilda dos Santos Silva  
Josineide Lira Pimentel de Vasconcelos  
Josivânia Gomes da S. Nascimento  
Jussara Bezerra Mergulhão  
Kátia Monteiro da Silva  
Laudijany Duarte Ferreira Soares  
Lúcia de Fátima Freitas Faelante  
Luciano Luíz Lopes

Lucilene Gomes da Silva  
Lucimery Cavalcante M. de Oliveira  
Lurdinalva Pedrosa Monteiro  
Marcia Leocadia D. Amorim Rodrigues  
Marcia Peres Alencar Cruz  
Marcilene Maria de Lira Siqueira  
Margarida Lacerda do Amaral Neta  
Maria Alves Galdino  
Maria Angélica Alves Dantas  
Maria Aparecida Costa da Silva  
Maria Aparecida Freire de O. Couto  
Maria Aparecida Gomes Ferreira  
Maria Claudiana da Silva  
Maria Conceição Santos e S. Silva  
Maria Cristina do n. Silva Brandão  
Maria da Conceição da Silva Pereira  
Maria da Glória Carlos de Araújo  
Maria de Fátima da Silva Nascimento  
Maria de Fátima de Santana  
Maria de Fátima dos Santos  
Maria de Fátima Ramos de Queiroz  
Maria de Lourdes Moura Fonseca  
Maria Dilma Marques T Novaes Goiana  
Maria do Carmo de Oliveira  
Maria do Socorro Batista Duarte  
Maria do Socorro de Souza Freire  
Maria do Socorro Modesto Valões  
Maria do Socorro Valois Alves  
Maria Edvânia da Silva Cavalcanti  
Maria Erica de Oliveira  
Maria Eugenia Nunes Bastos Sá  
Maria Eunice de Matos Souza  
Maria José da Conceição Silva  
Maria José Ferreira da Silva  
Maria José Henrique da Silva  
Maria Magdala Lima Rodrigues  
Maria Nereide Martins Araújo  
Maria Rejane Campos Pereira Freitas  
Maria Zélia J. de Araujo Galdino  
Marileide Rosa de Oliveira  
Marilene Rosa dos Santos  
Marta Barbosa Travassos  
Marta Lúcia Silva de Melo  
Marta Maria de Lira  
Marta Maria Silva dos Santos  
Mayara Cyntia Pereira Mendes  
Michelly Silva França Nascimento  
Mizia Batista de Lima Silveira  
Mônica da Silva Marques  
Nádja Cristina Freire  
Natsha Ferraz Canto Pessoa de Luna  
Nilma Lúcia de Sales Silva  
Noêmia Karina Araújo da Silva  
Odair José da Silva  
Paula Joelma Soares Ferreira  
Reginaldo Araújo de Lima  
Rilma Lêda Macário  
Rivaldo José Barbosa Alves  
Rosangela da Costa Castro  
Rosileide Gomes Pereira de Melo  
Rosilene Braz da Costa  
Rosilene Braz da Costa  
Sandra Albuquerque de Souza  
Sandra de Souza Gusmão  
Selma Medeiros de Araújo Aguiar  
Silvana Alves Teixeira  
Silvana Maria Brainer  
Silvia Helena Vasconcelos da Silva  
Sílvia Maria Lopes de Oliveira  
Simone da Silva Guimarães

Simoni Patrícia Sena da Silva Campos  
Sinmonia Ribeiro de Arruda  
Solange da Silva Batista Lopes  
Sonia Regina Diógenes Tenório  
Suelly Bezerra  
Sylmara Kélbya Silvestre Wanderley  
Tarcísia Rose de Souza Farias

Tayanne Rafaely Lima e Silva  
Valdenice da Silva  
Valéria Conegundes Barbosa Marques  
Valmira Matias da Silva Santos  
Vanda Maria Rodrigues Garcez  
Veridiana Carvalho de M. e Brito  
Vitória Tereza da Hora Espar

### **LÍNGUA PORTUGUESA**

Adailton Brandão de Melo  
Adicélia Mércia Araújo  
Adriana Henrique Alves Pereira  
Adriana Kelly M. Cavalcanti  
Aisllane Maraisa A. dos Santos  
Alessandra dos Santos Laurindo  
Ana Cláudia Medeiros Soares  
Ana Freire Vilela  
Ana Marcia dos Santos  
Ana Maria da Silva  
Ana Markdalva Pires de Moura  
Ana Paula B. dos A. Lima  
Ana Paula Moreira de Albuquerque  
Ana Paula Souza Bezerra  
Ana Tereza de Santana  
Anderson José Alacoque Dias  
Andrea Cristina de Santana  
Andréa Giordana de C. Barbosa  
Andrea Maria da Silva  
Andreza Rejane N. O. Souza  
Ângela Maria dos Santos  
Atalia Barbosa e Silva  
Audenice Coelho Cavalcanti  
Auriclecia Pereira de Souza  
Aurikelly Alves de Paiva Souza

Carla Barbosa de Sá Leal  
Cesar Murilo Cordeiro da Silva  
Cibele Farias de Araújo  
Cícera Freitas Miranda  
Cícera Maria de Araújo Santos  
Cinthia Henrique Galindo  
Cirlyne Rossana do S. V. de Oliveira  
Cláudia Nunes de Assis  
Clicidauba Farias da Anunciação  
Cristiane Severina da Silva  
Daniela C. da Silva Ferreira  
Daniella Cavalcante Silva  
Dayvesson Deleon B. da Silva  
Diana Gomes Ferreira  
Diana Pereira Costa Alves  
Doralice de Miranda Lima  
Duciane Maria Guedes  
Dulcicleide Maria Bezerra  
Edgar José de Barros Dias  
Edilene Maria da Silva  
Edilma Couto de Miranda Amorim  
Edinéia Maria do Bonfim Silva  
Edmar Roberto Silva  
Edna Batista Siqueira  
Edna Maria da Silva Santana

Édna Maria Lira dos Anjos  
Eduardo Luís Silva Pina  
Elayne Michelle A. Aragão Albério  
Elieth Quirino de Sá  
Elineide Alves dos Santos  
Elineide Pereira Oliveira  
Elisiária Maria Gomes de Melo  
Elizama de Lima  
Elizângela Conceição Lourenço de Gomes  
Elizângela Soares do Nascimento  
Elyne Paiva de Moraes  
Emanoel Jackson Lisboa  
Emanuel Artur de Albuquerque  
Emanuele Ferreira de Melo  
Erasmus Carlos Gonçalves Damasceno  
Erica Daniela Borba  
Eva Coelho Rodrigues de Melo  
Ezilda Cavalcanti Vasconcelos  
Fábia Soraia Gomes  
Fábio Pereira de Lira  
Filomena Maria de Souza Yoyô Ferraz  
Flávia Cristina dos Santos  
Francisca E. Guedes da Silva  
Francisca Eleneide de Sá  
Francisca Rosselene Rodrigues Coelho  
Geam Karlo Gomes  
Geysa Lidiane de Lira  
Gilka Nascimento de Novaes  
Gilsakleide Verissino Ferreira  
Girândia da Conceição de Souza Ferreira  
Girlandia da Conceição de Souza Ferreira  
Guiomar Alves de Sá Neta  
Helena Santos Freire Lima  
Heloisa Helena Gomes Ramos  
Hildebrando Lino de Albuquerque  
Ieda Alves da Silva Mariano  
Inalda Jasmelina da Silva  
Ireneide Lucas Santos  
Iranilda Maria Ribeiro da Silva  
Isabel de Souza Figueirêdo  
Ivanice Fernandes de Q. Viana  
Ivanilda Cavalcante do Nascimento  
Jacira Bezerra Ferraz  
Jacilene Gomes de O. Torres  
Jacilma Batista de Melo  
Jamil Costa Ramos  
Jaqueline Gomes da Silva  
Jaqueline Sales da Silva  
Jarmesson Marcelino da Silva  
Jatinan da Silva  
Jefferson Alves da Rocha  
Jodyza Silvana da Silva  
Joelha Gomes da Luz  
Joelma de Melo Torres  
José Augusto Pereira da Silva  
José Bruno da Silva  
José Messias Pinto dos Santos  
Joseane Maria do Nascimento  
Josefa Joelma dos Santos  
Josefa Rocha de Souza  
Josemar Barbosa de Almeida  
Josiane Maria da Silva  
Joyce Vieira Galindo  
Jucelia Henrique da Silva  
Junielson Laurentino Duarte  
Karla Magalhães Freitas  
Karla Roberta Ferreira da Silva  
Katia Simone Rodrigues Pereira Lima  
Kleonara Ferreira da Rocha  
Kleonara Ferreira da Rocha

Lediana Costa Marques  
Ledjane Maria Alves Oliveira  
PÁGINA 595  
Leutânia Gomes Oliveira  
Lilian Jordão Pessoa Duarte  
Liliane Alves de Oliveira  
Lucia Ribeiro de Vasconcelos  
Luciana Cristina Vilarim da Silva  
Lucille Maia Batista  
Luedna Sheyla C. Cavalcante  
Luiz Antonio B. do Nascimento  
Lutiane Duarte Souza  
Magdalha Gomes Gonçalves  
Marcella Cristina Gomes  
Marcia Helena de Freitas  
Marciana Gomes Falcão Alves  
Marcio Alessandro de Melo  
Maria Conceição Gonçalves Ferreira  
Maria Adriana Moraes da Silva  
Maria Andrade da Silva Noia  
Maria Aparecida da S Maia Rodrigues  
Maria Aparecida de Melo  
Maria Aparecida Ferreira da Silva  
Maria Aparecida Morato  
Maria Betânia da Silva  
Maria Cecilia Nunes  
Maria Celene Muniz Andrade  
Maria da Conceição Borba de  
Albuquerque  
Maria da Conceição S. Gomes  
Maria da Conceição Souza  
Maria da Soledade Barbosa  
Maria de Fátima R. de S. Marques  
Maria de Lourdes Gomes lins  
Maria do Carmo Pimentel  
Maria do Socorro da Silva Sobral  
Maria do Socorro de Sá Pereira  
Maria do Socorro Ribeiro  
Maria do Socorro Silva  
Maria Edilene  
Maria Emilia Andrade Rodrigues de Ó  
Maria Estelita de Araújo Ferreira  
Maria Gorett S. Andrade da Costa  
Maria Itamar Gomes  
Maria José da S. Baltazar  
Maria José da Silva  
Maria José Marques Portugal  
Maria Laurismar Paulino  
Maria Lucia Lira da Silva  
Maria Luiza Araújo  
Maria Madalena C. de Brito  
Maria Maricélia Muniz da Silva  
Maria Neuza Leite Herculano Barros  
Maria Nubia de Jesus  
Maria Rejane da Silva  
Maria Santana Aguiar Souza  
Maria Selma Nepomuceno da Silva  
Maria Simone Araújo de Oliveira  
Maria Vaneide de melo Santana  
Mariajanete Sousa Silva  
Marijane Alves Andrade  
Marizelda Inácio Guedes dos Santos  
Marleide da Rocha Moura  
Marluze de Oliveira Ferro Vianna  
Maysa Niedja Guimaraes  
Michelle de melo Ferreira  
Miriam Alves dos Santos  
Mislene dos Sandos Diniz  
Mônica Fernanda dos S. Dias  
Monica Patricia da Silva pires

Nadja Xavier Silva  
Neuza Maria Pontes de Mendonça  
Nívea Clea Alves Galindo  
Oremir Arruda da Silva  
Palmymeque Benicio Cavalcanti  
Patricia Roberta A. Almeida  
Patricia Roberta Aves Xavier  
Paula Cesielle Tenório Ferro de Andrade  
Paulo Roberto de Farias Souza  
Prisciana Renata Galvão de Oliveira  
Raimunda Souza da S. Barros  
Ranuze Mercês da Silva  
Rejane Silva da Costa  
Renato Lira Pimentel  
Risonete Barbosa de Assis Souza  
Rita Auxiliadora Costa  
Rita de Cássia Santana da Silva  
Rivoneide Pereira de Souza  
Rizolanda Luiza Vauthier  
Robério nunes Cavalcante  
Rosa Edite Moreira Gonçalves  
Rosemere Gonçalves de Oliveira  
Rute Maria da Costa  
Salmo Sostenes Pontes  
Samuel Lira de Oliveira  
Sandra do Socorro Oliveira de Alencar

Sandra Jaciara Lopes  
Sandra Monica V. Lima  
Shirley Bianca S. D. Vicente  
Silma Diniz Bezerra  
Simone Aparecida de Sá  
Simony de Cácia Arruda  
Solange Leite Costa  
Stella Marcia de Alencar  
Susana Danielle Prado de Andrade  
Sydcléide da Silva Novaes  
Tâmara Viviane Oliveira  
Tamires Cristina Ribeiro  
Thais Maria Cecilia  
Thaís Maria Ceclia da Paz  
PÁGINA 596  
Valentins Avelino Viana Neto  
Vanderlania Marciana de Souza  
Vanúbia Carla da Silva  
Verônica de Almeida Calado  
Viviane Cristina de Lima Freitas  
Viviane da Silva Ferreira  
Viviane Maria da Silva  
Wagner Alves de Almeida  
Wagney Alves de Almeida  
William Francisco da Silva  
Zildete Aparecida Milfont Modesto

## **EDUCAÇÃO FÍSICA**

Ailton José dos Santos Silva  
Alessandra de Oliveira Andrade  
Alexandre Ferreira Paes de Lira  
Alysson da Rocha Silva  
Ana Roberta Wanderley Coutelo  
Anderson Viana da Silva

André Correia de Lima Pontes  
André Gustavo F. M. de M. Araújo  
Antônio Carlos Gomes Martins  
Antonio Dionísio Marques  
Antonio Francisco do Rêgo Netto  
Antonio Gilnadson Lopes de Sá

Aureni Nogueira de Santana  
Aurilene de Araújo Galindo  
Auzani Alves Ferraz de Castro  
Carla Camila S. dos Santos  
Cinthia Rafaelly Campos de França  
Cláudio Antônio F. de Lima  
Cleides Rodrigues de Lima  
Clesia Carneiro da Silva  
Clovis Artur do Nascimento Júnior  
Cristiano Dias de Carvalho  
Cristiano Robson Nunes de Melo  
Daniel Oliveira de Almeida  
Danilo Amaro da Silva  
David Alves Torres  
David de Lima Ramos  
Dayse Lucy Lima Ramos de Meneses  
Dêmeson Gomes da Silva  
Denilson Rocha de Brito  
Diógenes Domingos Vieira  
Dojival Pereira da Silca  
Douglas Rodrigues Torres  
Eder Leite Cardoso Barbosa  
Edson Murilo A. de Holanda  
Edvânia Barros Correia do Nascimento  
Elton Carlos Bezerra Horas  
Emmanuela de Lourdes de Araujo Albino  
Enaile de Albuquerque Brito  
Erasmus Vieira do Nascimento  
Fernando de Barros e Silva Júnior  
Flávio Henrique de M. S. Chaves  
Francisco Eduardo Gomes Mororó  
Genival Manoel de Andrade  
Geová Barbosa de Oliveira  
Geovan Batista da Costa  
Geraldo Anacleto da Silva  
Girleine Monique de Moraes Silva  
Glaucio Ricardo Ribeiro  
Hélio Andrade dos Santos  
Heloise Manso Ferreira  
Henrique Cícero Cordeiro da Silva  
Igor Ruan Soares da Silva  
Isabella Pedrosa de A. Rodrigues  
Isaias Ferreira Tavares  
Jameire Mônica da Costa Sousa  
Janaína Barbosa de Almeida  
Janine Furtunato Q. Maciel  
Januce Lima de Carvalho Roseno  
João Ferreira Marques Filho  
João Victor Tavares Cavalcante  
Joelma Dantas Braga  
Jonas Rogaciano da Silva  
José Carlos do Nascimento  
José da Cunha Silva Júnior  
José Djailson da Silva  
José Evaldo Gomes dos Santos  
José Joeldson Gomes  
José Maria da Silva Júnior  
José Romero de Souza Barros  
Juliane Suelen Gonçalves Rabelo Galvão  
Júlio Cesar de Lima Barbosa  
Julio Cesar Silva Siqueira  
Jurandir Francisco da Silva  
Karla Emmanuely Alves Santos  
Karla Simone de Carvalho Capengue  
Kathyússia Dináh Vieira da Silva  
Katia Lopes Ferreira  
Katuscha Gantois Massa D. dos Santos  
Lindinalva Leite Mariano Rodrigues  
Luiz Henrique Araújo  
Luiza Carla dos Santos

Luziara da Silva Costa  
Mallu Dias Soares  
Manoel de Queiroz Lima Neto  
Marcello Raphael Tavares Martins  
Marcelo Menezes de Souza  
Maria Betânia Ferreira dos Santos  
Maria das Dores Marcolino de Santana  
Maria das Dores Marcolino de Santana  
Maria Dayse da Silva  
Maria de Fátima Veloso Ferreira da Silva  
Maria Eduarda Felipe Alves  
Maria Eutália Gomes de Matos Mesquita  
Maria Solange Nascimento Vilela  
Maria Zildaneide Gonzaga  
Marinaldo Clébson de Lima e Silva  
Marizalva Aguiar de Araújo  
Nadja Maria Silva Paulino  
Neci Zeferino de Santana Filha  
Odair José de Farias Lima  
Otaliane Almeida Tenório de Lima  
Patrícia Cristina Ferreira Maia  
Patrícia Galvão da S. Jota  
Patrícia Morgana Andrade Santana  
Pedro Botelho de Oliveira  
Plinio Raphael Almeida Leite  
Pricila de Assis Lima  
Rafael Lenilson dos Santos  
Rafaelly Teixeira Monteiro  
Rayane Thaís Caitano  
Rebeka Marina Rocha Sales

Rhandsson Alcântara  
Rivone Freitas de Lima  
Robson Pedro da Silva  
Rosenilda Nunes da Silva Melo  
Rosilene Menezes de Castro Barbosa  
Sergio Menezes Dias  
Silvana Cristina Ramos de Brito Almeida  
Simone de Fátima Araújo de O. Figueredo  
Sônia Maria de Melo  
Suellen Wanessa Oliveira da Silva  
Suzana de Souza Ferreira  
Suzi Alves Amaro Carneiro  
Tatiany Leal Santos  
Terezinha Abel Alves  
Tiago André Ferreira  
Tiago Leite Ramos  
Valdemir Almeida Diniz  
Valdemir Almeida Diniz  
Valdemiro Barros  
Valdenice de Melo  
Valdir Bezerra da Silva Souza  
Valeria Ramos Oliveira de Sousa  
Veronica de L. Beltrão de Oliveira Mendes  
Verônica de Moraes dos Santos  
Verônica Machado Lins  
Viviane Maciel de Gouveia  
Wanderson Rafael da Silva Gonçalves  
Wesley Patric Alexandre Soares  
Wilka Aparecida Rodrigues Bezerra  
Willyvania Maria da Conceição Fontes  
Zelma Vieira Demelo Loureiro Ferreira

## **ARTE**

Adeilza de Souza Ramos  
Adriana de Fátima Aguiar Araujo Marinho

Aiane Cristina de Souza Leite  
Alex Gomes de Souza Nunes

Aline Cristina dos Santos Magalhães  
Ana Lucia Rocha de Souza Godoi  
Ana Patrícia Avelino de Souza Barros  
Ana Paula Carneiro dos Santos  
Ana Paula Leandro da Silva  
Anderson Carlos Moura Rodrigues  
André Vasconcelos de Arruda  
Andrea Karla Lina e Silva  
Angelina Bandeira de Sousa Santos  
Antero Madureira Ferreira  
Antonio Fernando da Silva  
Beatriz Cássia da Silva  
Carmelúcia Ferreira de Souza  
Carmem Maria Soares Galvão  
Célia Teixeira Vitor da Silva  
Celiane Maria da Silva  
Cristiana Maria S. Lopes de Lima  
Deyze Alexandrino da Silva  
Dulcineide Coelho Bezerra  
Edna Alves da Silva Santos  
Edna Pereira da Silva Rosa  
Edylla Maria Pereira Costa  
Elenilda Bezerra da Silva  
Eliane Alves de Souza  
Elineide Maria Vilela de Melo Silva  
Elisafã Menezes Adriano  
Elisângela de Moraes Araújo  
Elizangela Machado Araújo  
Elizângela Paz Paiva  
Erissandra Almeida de Melo  
Etiene Maria Da S. Souza  
Francielba Paiva Leite  
Francisco de Assis Gouveia  
Francisco Ilacicio Pereira da Costa  
Genivalda Bastos da Silva  
Giane Siqueira Barbosa Souza  
Gielba Lira da Silva  
Gilvan Assis de Araújo  
Gustavo Rogério S. de Araújo  
Iolanda de Barros Silva Tenório  
Janaína Vieira I de Santana  
Jeandia Yucaid Rodrigues Tenório  
Joelma Gonçalves de Melo Vilaça  
Joelma Nunes Honorato de Macêdo  
José Emanuel de Barros Aquino  
José Roberto Barbosa de Amorim  
Josefa Andrade do Nascimento  
Jussara Bezerra Magalhães  
Laize Carla Simoes Pimentel  
Laurinalva Maria Pinto Nascimento  
Lenira Alexandre de Lima  
Lenôra Maria A. S. S. Farias  
Lílian Maria Simoni W. de Moraes  
Lindinalva Maria Costa Andrade  
Lindinalva Vicente de Almeida Santos  
Luciana Alves da Silva  
Luciana Maria da Silva  
Lucicleide Alves Alexandre da Silva  
Mabel Milany Leão  
Madileine Maria Alves  
Maicon Adalberto da Silva Costa  
Marcelo Cordeiro de Queiroz  
Marcia Alves Silva  
Maria Alcione de Siqueira Falcão  
Maria Alves Silva  
Maria Aparecida Coelho de Araújo  
Maria Auxiliadora de Almeida  
Maria Betânia da Silva Gomes Pompeu  
Maria Celeste de Almeida Sá Barreto  
Maria Cilene Belarmino O de Paula

Maria Cristina Francilino Sena  
Maria das Graças da Silva  
Maria de Fátima Gomes Couto  
Maria de Jesus da Silva  
Maria de Lourdes Gomes Santos  
Maria do Rosário Ferreira de Oliveira  
Maria do Socorro Brito de Mendonça  
Maria do Socorro Gomes de Lima Lira  
Maria Elidiângela da Silva  
Maria Ivete de Vasconcelos Camelo  
Maria José Pereira Diniz  
Maria Lucinete de Oliveira Lima  
Maria Madalena Lopes da Silva  
Maria Mercês de Oliveira Silva  
Maria Naedja Pinheiro de Carvalho  
Maria Niédja das Neves Alves  
Maria Olívia Pinheiro Evangelista  
Maria Rúbia Viana de Freitas  
Maria Suely Fonseca do Nascimento  
Marileide Esbaltar da Silva  
Marlene Barbosa da Silva  
Marlene Maria da Silva  
Mary Ruth S. Gomes  
Neide Gonçalves dos Santos Torres  
Otaciana Nogueira Aciole Paulino  
Patricia Maria da Silva Santos  
Paula Francinete Rodrigues G. Valdevina  
Paulo Henrique Phaelante Camara Lima

Pedro Paulo da Silva  
Regina Lúcia Viana C. De Souza  
Rejane Barros de Albuquerque  
Rejane Maria Pereira Antas  
Richelly Cavalcanti de Sousa  
Rita Maria de Oliveira  
Rízia Firmino da Silva Tavares  
Rogerio Guimarães de Souza  
Ronaldo da Silva  
Rosangela de Oliveira  
Sandarina Alves Vicente  
Sandra Eliene Ferreira Fernandes  
Sandra Helena Francelina Vieira  
Sélia Maria Lima  
Sérgio Douglas Bezerra Martins  
Silene da Luz Novaes  
Silene Tereza da Silva  
Silvia Karla de Souza Silva  
Suelma Cristina Bernardo Da Silva  
Suely Maria Barbosa  
Tania Maria da Silva  
Thalita Gabrielle N. Silva  
Vanielle Cristina Dourado Borba  
Vera Lucia de Sousa Carvalho  
Verônica Cristina de Albuquerque Silva  
Verônica de Barros Gomes Costa  
Verônica Maria Toscano de Melo  
Vilma Cavalcante Cordeiro Barbosa  
Virginia Cleide Nunes Marques

## **LÍNGUA INGLESA**

Abeval Soares do Nascimento  
Adina Pereira de Lima Silva  
Adna Rolim Silva

Adriana Mirtes Melo Moura  
Albanise Bezerra de Oliveira Santos  
Alexandre Lucas da Silva

Ana Clara Alves dos Santos Vasconcelos  
Ana Cláudia dos Anjos  
Ana Paula de Sousa  
Ana Virgínia Silva de Souza Coutinho  
Andrea Karina Nascimento de Miranda  
Andrea Karlla de Souza Gomes  
Andrezza Ferreira de Souza  
Ângela Maria dos Santos  
Antônio Marcos de Sales  
Carla Mary dos Santos Barros  
Carla Zaíra Martins de Mélo Siqueira  
Carlos Henrique de Oliveira Lopes  
Carlos José da Silva  
Cícera Maria de Araújo  
Cícera Maria Freire Cavalcanti  
Cizeleide Inácio da Silva  
Cledmma Maria S. M. D. de Moraes  
Danuza Kryshna da Costa Lima  
Dayse Manuela da Silva  
Deborah A Barros Leal  
Deise Alves Diniz  
Délvia Cristine Araújo dos Santos  
Dimison Cesar Vieira Gomes  
Dvanete Nunes Barros  
Ecia Mônica Leite de Lima Freitas  
Edjane Silva de Lima  
Edvânia Lúcia da Silva Freire  
Eliane da Silva Brito  
Ellen Cristina Carneiro  
Emanuela Joana S. Souza  
Erica Rosangela de Lima Pereira  
Ervaides Icela Rodrigues de Santana  
Ezequias Felix de Andrade  
Fabiano Severino Monteiro  
Flávia de Souza  
Franciane Maria Amaral N M Dias  
Geórgia Virgínia Lins de oliveira  
Gilvano Vasconcelos Neves Pereira  
Gisélia Coelho de Castro e Souza  
Glauce Lins da Silveira  
Heldelene Pereira Rocha Cavalcanti  
Heusa Renilde dos Santos Oliveira  
Hugo Henrique Pessôa da Silva  
Humberta Lucena de Alencastro  
Indira de Alencar Araújo  
Jamerson Kleber F da Silva  
Joelma Paixão de Lima  
José Marcelo Saraiva Rufino  
José Wilton de Menezes Alves  
Josean Santos Ferreira  
Josefa da Conceição Marques  
Josefa Ivone de Lima  
Joseilton Cavalcanti Ferreira  
Joselma Paixão de Lima  
Josué Gomes  
Josué Matias Hilário  
Jussiara Maria da Silva Tôrres  
Kalmarcos Emanuel Xavier  
Karina Costa Lima  
Karolaine Xavier de Amorim  
Kelly Pereira de Sá Rodrigues  
Késia Girlane Santos de Medeiros  
Lanirtson Agra Barbalho  
Laudicéia de Souza Torres  
Lucas de Almeida Cordeiro  
Luciana Maria Mendes de Oliveira  
Luciana Onofre Silva  
Luciano José Pereira  
Lucicleide Marinho da Silva  
Lucineia Maria Carneiro da Silva Palha

Magali Silva Duarte  
Manoel Lopes da Silva Júnior  
Manoel Lopes da Silva Júnior  
Márcia Candido dos Santos Lima  
Márcia Telma Pereira da Silva  
Marcílio Bastos Gomes  
Maria Andréa Gonçalves de Oliveira  
Maria Betania Coelho Soares de Souza  
Maria Betânia da Silva Gomes Pompeu  
Maria Betânia da Silva Torres  
Maria Cristina Xavier  
Maria das Graças da Silva  
Maria de Lourdes Souza Nunes Silva  
Maria do Carmo Cavalcanti  
Maria do Socorro Lira  
Maria Fabrícia Bomfim da Silva  
Maria Helena Lopes de Souza  
Maria Isabel B. da Silva Correia  
Maria Jane Claudia da Silva  
Maria José dos Santos Costa  
Maria Juscilene da Silva Delmondes  
Maria Lucélia Bezerra Alves  
Maria Zoraide Alves de Moura  
Marileide Guedes Justino  
Marina Soares de Albuquerque C Silva

Mauriceia Helena de Almeida  
Maykon Fernando da Silva Almeida  
Miguel Orlando Justino da Silva  
Monique Mendes de Lima  
Natelma Veras Cristovão  
Nilma Karlla Cavalcante de Siqueira  
Paulo Rodrigo Pereira da Silva  
Priscila Magda Gonçalves Anselmo  
Rita Márcia Lima Braz  
Roberta Maria da Silva Muniz  
Rosyelly de Araújo Cavalcante  
Rubia Simone de Almeida  
Ruthy Freitas Silva  
Sandra Valéria de Arruda Santos  
Selma Valentim de Lima  
Silvânia Irene de Oliveira  
Sílvia Leon Ramos Martins  
Simone Regina de Moura Borba Queiroz  
Sofia Homem de Mello Faria  
Suênia Cordeiro Valério  
Valdenes Cícero da Silva  
Valdete Nunes Xavier  
Vanusia Guilherme da S Figueiredo  
Vanusia Guilherme da S Figueiredo  
Vilma Lucia Pereira Silva da Cruz  
Yammy Shirley C. L. da Silva

## **MATEMÁTICA**

Adalberto Teles Marques  
Adélio Severino da Silva Junior  
Adriana Alves Gondim Pereira  
Ailton Gomes da Silva  
Alberlins Celestino de Santana  
Aleone Sandra Pereira da Silva

Alexandre Medeiros da Silva  
Aluisio Miguel de Oliveira  
Álvaro Jorge de Assis Bezerra  
Amanda Cristina Lourenço da Silva  
Ana Amara da Silva  
Ana Carolina de Souza Assis

Ana Lúcia Costa Arteiro  
Ana Paula Batista Alexandre Silva  
Ana Paula Bezerra da Silva  
Ana Rosemary Pereira Leite  
Anderson Avelino Oliveira Sousa  
Anderson Douglas Ferreira da Silva  
Anderson Irineu Soares Silva  
Anderson Marcolino de Santana  
Anderson Renê Alves da Rocha  
Andrezza Vicência Rodrigues Sacramento  
Antonia Luzimar de Brito Vieira Torres  
Aparecida Elzita Pereira dos Anjos  
Aparecida Sobral Pereira Félix  
Audenice dos Santos Rodrigues  
Azenilda S. Araújo  
Bethania Souza de Oliveira Silva  
Bruno Simões C. Guimarães  
Carlos Wilson Pimentel de Lacerda  
Celia Maria da Silva Oliveira  
Célia Maria da Silva Oliveira  
Cibele Vanessa Pereira Figueiredo  
Cícera Aline Justino Bezerra  
Cícero Vicente de Sena Junior  
Claudemir José Gomes da Silva  
Cláudia Danielle da Silva Oliveira  
Daiane da Silva Tavares  
Danniella Patrícia Araújo de Almeida  
Dênis de Andrade Santos Cruz  
Deuzimar Machado Barroso  
Diana Lúcia G. de Lira  
Diego José da Silva  
Drayton José da Costa  
Eber Alberto de França C. e Silva  
Edinaldo Daniel da Silva  
Elba Poliana Cavalcanti Claudino  
Eliana Nogueira Brito Saturnino  
Eliane Vieira Galindo  
Emanuela Maria dos Santos  
Enilson de Almeida Lima  
Erinalva da Silva Bezerra  
Ernandes Felix da Silva  
Espedito Fidelis de Araújo  
Eudes de Andrade Lima  
Fabiana dos Santos Faria  
Flaveliny Costa da Silva Almeida  
Francemary Deyse dos Santos Lima  
Francisco Cláudio Batista Ferreira  
Francisco de Assis de Souza  
Gemima Antonia de Oliveira Dias  
Genilson Bezerra da Silva  
Genival Gomes de França  
George Marcelino Silva  
Geraldo Alves da Silva  
Gilberto Rodrigues da Silva  
Gilson Alves da Silva  
Gilvani Marques Pereira  
Girlene Pereira da Conceição  
Hélio Inácio dos Santos  
Hilda Soares de Oliveira  
Iarineide Silva Santos Rezende  
Inaly Maria da S. Lima  
Iraquitan Secundino da Silva  
Ítalo Moraes de Melo Gusmão  
Ivana Maria Ramos Borges Beserra  
Izaias de Barros Torres  
Izamara Rafaela Ramos  
Jacqueline Feitosa  
Jailton de Araújo Maciel  
Janilton Mendes dos Santos  
Jannina Alves de Brito

Jaqueline Genuíno da Silva  
Jemima Valentim da S. Belarmino  
Jennifer Pereira Freitas da Silva  
Joelma Maria Gomes da Silva  
Joelsa Melo de Almeida  
Joffre Cavalcanti de Albuquerque  
Jonas Bertino de Paula  
José Cristiano da Silva  
José Dionísio de Araújo Junior  
José Edivan Braz Santana  
José Felix da Silva  
José Fernando Barbosa dos Santos  
José Luciano Omena de Freitas  
José Ricardo Machado Castro  
José Robson de Araújo  
Joseane Michele Melo Moreira  
Josefa Adeilda Batista de Araújo Lopes  
Josefa Zeneide de Torres Santos Bezerra  
Josilane Maria Gonçalves de Souza  
Jucele Carvalho Viana de Santana  
Kátia Adriana de Lima Ferraz  
Keuma Rejane Brasil Gomes  
Leandro Rafael Cunha de Oliveira  
Lenilson Felix de Santana  
Lígia Vasconcelos de Santana  
Lucélia de Sá Vital Carvalho  
Luciana da Silva Máximo  
Luciana Holanda Gomes  
Madalena Maria da Silva  
Manoel Marcos de Souza Rafael  
Marcela Maria A. Teixeira da Silva  
Márcia Rodrigues Belarmino  
Marcos Cândido de Andrade  
Marcos José da Silva  
Maria Alice Vaz França  
Maria Augusta Kallene Ferreira  
Maria Cilene da Silva  
Maria Claudineide N. O. de Sá  
Maria das Graças Jacome Vieira  
Maria de Fátima Almeida  
Maria de Jesus dos Santos Santana  
Maria de Jesus Gomes da Cunha  
Maria de Lourdes Alves de Queiroz  
Maria do Socorro de Sá Tavares  
Maria do Socorro Ferreira  
Maria Elyara Lima de Oliveira  
Maria Emília G. de Melo Nogueira  
Maria Florisdete de Menezes Leite  
Maria Gorete Lopes de Oliveira  
Maria Iraniza de Souza  
Maria Josileide da Silva Souza  
Maria Luciene da Silva  
Maria Madalena Batista B. da Silva  
Maria Risoneide Novaes Silva  
Maria Socorro Brito de Mendonça  
Maria Tereza Justino de Lima  
Maria Zivaneide de Carvalho  
Marta Michele de Oliveira Lima  
Marta Poliana Ferreira dos Santos  
Martinele Marinho de França Sales  
Mary Feitosa de Lima  
Monica Iracy Soares de Moraes  
Morelli Soares de Souza Melo  
Nadja Cristina Freire de Menezes  
Neide Aparecida Rocha Moreira  
Pablo Egídio Lisboa da Silva  
Pâmela Dayseana Menezes da Silva  
Patrícia Moura Pinheiro  
Pedro Henrique de Souza Viana  
Pedro Manoel de Carvalho Filho

Poliana de Vasconcelos C. Alves

Raynielle Dias Coelho

Renato Duarte Gomes

Ricardo da Silva Farias

Ricardo Felling de L. Gonçalves

Richardson Wilker da Silva Melo

Roberto da Silva

Robson Freitas de Almeida

Robson Soares de Melo

Rochelly de Carvalho Ferreira

Romero Nunes da Silva

Rosa da Silva Gomes Cavalcanti

Rosângela Batista de Carvalho Ramos

Rosanna Jordão Pinto Maranhão

Roseani Maria da Silva

Rosilene da Silva

Rossivando Pereira da Silva

Rozângela Maria dos Santos Maciel

Samuelita de Albuquerque Barbosa

Sandra Mery Acioli Costa

Sarah Alves Campos Pereira

Sergina Maria Xavier Falcão

Sérgio Gomes de Moura

Severina Martins da Silva

Sheila Cristina da Silva

Silvaneide Mendes da Silva Cordeiro

Silvia Cristina F. da S. Santos

Sônia Maria dos Santos Campos Neves

Stael Mesquita Bandeira

Tania Maria de Almeida

Terezinha de Jesus Ferreira C. Muniz

Thiago Alves Cordeiro

Thiago Soares Menezes Lins

Tilma M. O. Leite Calado

Uildo Bezerra de Almeida

Wagner Felipe Brayner da Silva

Walmir Pires dos Santos Neto

Walter de Sousa Pessoa do Nascimento

Wendel Luiz da S. Santos

Wilma Pessoa de Albuquerque Andrade

## **CIÊNCIAS**

Adeilma Teixeira Amorim

Adolfina Assis Arraes

Adriana Cecília Dantas C. S. dos Santos

Adriana Gilvete F. Cavalcante Negromonte

Adriane Risoneide de Almeida Oliveira

Aguida Cristina de Almeida Calado

Alda Marques de Araújo

Aleandro Heitor da Silva

Aleci Calixto Pereira

Alessandra Maria Gomes de Souza Silva

Alessandra Maria Pereira Martins da Silva

Alexsandro Ivanildo da Silva

Álvaro Diangelles Pereira Florentino

Ana Cláudia C. Vasconcelos

Ana Cristina Barbosa de Souza

Ana Lúcia Gomes Cavalcanti Neto

Ana Lucia Leite Cavalcanti de Gois

Ana Maria Soares Silva

Ana Paula da Silva Cajueiro

Ana Paula de Almeida Magalhães

Ana Paula S. G. Santos

Ana Regina Sant'Ana de Oliveira Ferraz

Andrea Cristina Costa do Prado

Andrea Ferreira de Barros

Andrea Patrícia Alves

Andrea Viviane B. da Cunha e Silva

Andreza Estefany da Silva Oliveira  
Anne Damiana Araújo Vieira  
Arthur Vinicius de O. Marrocos de Melo  
Carlos Eduardo da Costa Vieira  
Catiana Cavalcante de Barros Silva  
Cícera Pereira da Costa Ferraz  
Cláudia Maria de Santana Melo  
Cleiton Cunha Nascimento  
Climeria Beserra Ramalho  
Cristineide Teixeira Jorge  
Daniel Silva Santos  
Débora Ithamar dos Santos Silva  
Deilde dos S. S. Higino  
Edivaldo Ferreira da Silva  
Edna de Almeida Alves  
Eliane Carmina de Souza Ferraz  
Eliane Fernandes da Gama Dourado  
Eliane Ribeiro de O. Lopes  
Eliane Romão de Araújo  
Elisângela da Silva Araújo Carvalho  
Elissandra Ferreira da Gama  
Elizabeth Pereira de Medeiros  
Fabiana Matias Barreto  
Fabricio Barbosa de Aguiar  
Felipe de Sousa Ferreira  
Filipe Henrique Cabral de Albuquerque  
Franciadeline de Souza Oliveira  
Gemima Manço de Melo  
Geovanna Layme Barretto Lins  
Getúlio José de Carvalho Júnior  
Gilliard Silva de Assunção  
Gilson Alves do N. Filho  
Gilvanio Borba de Andrade  
Gislaine Luciano Pereira e Silva  
Gislainy Daniella da Silva Rezende  
Gislânia Cesária Feliz da Silva Lira  
Gorete de Fátima F. A. Almeida  
Guilherme de Coimbra Santos  
Hildelane Pereira de Moura Silva  
Hilma Soares Pereira  
Ialle Albuquerque Silva Almeida  
Ilka Rejane Barros Melo  
Irene Carla Gonçalves  
Isa Coelho Pereira  
Isaac Moizes da Silva Paiva  
Isabel Cristina Jacinto  
Isis Borba Barros Bacelar de Andrade  
Itamar Justo Lucas  
Jaciana Patrícia de Oliveira Silva  
Jackeliny Cordeiro Peixoto Brito  
Jackson Vinícius José da Silva  
João Batista Mariano de Melo  
Joelma Aline Pereira dos Santos  
José Edmar Rodrigues de Magalhães  
José Ednaldo da Silva  
José Jefferson de Oliveira Silva  
José Leandro da Silva  
José Osvaldo Silva Cunha  
Josemeri Lira Soares  
Joyce Marinho da Silva Patriota  
Juciane Andresa de Lima Sousa  
Juliana Alaíde de Freitas Chagas  
Juliana Maria Cavalcanti Barreto  
Jussiclecia Pereira de Alencar  
Kaline Melo do Nascimento  
Karla Lilian da Silva Carvalho  
Kátia Barros Cabral dos Santos  
Ledjane Maria Alves Oliveira  
Ligia Maria da Silva  
Lilian Magda da Silva Alves

Lucélia Maria da Silva Borba  
Luci Germana da Silva Barbosa  
Luciana Martins das Chagas  
Luiz Antonio Vasconcelos Gama  
Luzinete Umbelina Torres  
Macia Sueli da Silva Espinhara  
Magda Oliveira Mangabeira Feitoza  
Magda Verônica Alves da Silva  
Manuel dos Santos Silva  
Manuela Moura Costa de Lima  
Márcia Maria de Carvalho  
Marcos Alexandre de Melo Barros  
Marcos Antonio Coelho Júnior  
Maria Aparecida Zilma de Souza  
Maria Áurea Sampaio  
Maria da Conceição Moreno de Andrade  
Maria da Conceição Silva  
Maria das Graças Nasario Barbosa  
Maria do Socorro Almeida de Moraes  
Maria do Socorro de Sá Souza  
Maria do Socorro Santos Alcântara  
Maria Eliane Cândido de Almeida  
Maria Helena Souza P. R. Novaes  
Maria Josedilma Antunes de Oliveira  
Maria José Brito Silva Crispim  
Maria José de Almeida Anjos  
Maria José de Andrade Santos  
Maria José de Sales Araújo  
Maria Josenilda do N. de Souza  
Maria Luzia de N. Souza  
Maria Marcia Assunção Oliveira Cordin  
Maria Mithiê de Moraes Lopes  
Maria Nielista A. Souza C. Lima  
Maria Roberta de Carvalho Lima  
Maria Rubia Viana de Freitas  
Maria Vilani Moraes da Silva Sales  
Maria Vilma Saraiva de Aquino  
Marly Chaves dos Santos  
Natieny dos Santos  
Niedja Soares de Lima  
Niza Pereira Silva da Fonseca  
Pablo José da Cunha Melo  
Petrônio Franklin Queiroz de Aragão  
Quitéria Emília de Melo Gomes  
Rejane Alves de Freitas  
Rejane Barbosa da Silva  
Renato Alves de Lima  
Rita de Cássia Araújo Albuquerque  
Rita de Cássia do Nascimento  
Rosana Rocha do Nascimento  
Rosângela Assunção Gomes  
Rosangela Moraes da C. Silva  
Roseane Gomes da Silva Nascimento  
Rosineide da Costa Soares  
Rozana Cláudia dos Santos Silva  
Rozeli Joele Maciel Sobral Vicente  
Sandra Soares da Luz  
Shirley Almeida Calado  
Silvana Alves de Souza  
Silvana Sandra de Souza  
Solânia Fernandes Moreira  
Sueli Lundgren Austregésilo  
Suellen Tarcyla da Silva Lima  
Suzana M. de Castro Lima  
Theane Karen Leite Barros Medrado  
Umberto Maciel dos Santos  
Valter Rodrigues de Almeida  
Vanessa Lima de Oliveira  
Vanusa Alencar Oliveira  
Verônica Alves de Almeida

Vivian Albertins de Souza Azevedo

## **GEOGRAFIA**

Acidália Gomes dos Santos Brito	Edna Maria dos Santos Duarte
Alcione Cabral dos Santos	Edymarie Lemos da Silva
Amália Dias dos Santos	Elias Ramos
Ana Maria da Silva	Elizangela Rosa Daniel Oliveira
Andréa Ferreira de Arruda	Emanuela Moreira Tavares
Andreia Rodrigues de Souza	Emanuelly de Alcântara Passos
Andrêza Nailza de Moraes	Érica Vanessa dos Santos
Angela Maria Brandão de Lima	Ezequiel de Paula da Silva
Anna Kalina B. C. de Melo	Fabíola Lins Santos
Antonia Carmelita Gomes Martins	Francisco Macário Araújo de Souza
Antonio Marcos Coutinho	Genivaldo Batista de Sobral
Artemir Monteiro Lima de Almeida	Georgos de Assunção Santos
Avreneide de Souza Xavier	Gerlaene Godói da Selva
Benedita Ângelo Cordeiro Torres	Giovana Targino Freire Simão
Betania Cristina Santos de Pina	Girláine Godoi da Silva
Carline Gisele Pires de Moura	Ioneide Damasceno Luz
Carmelita Maria da Siva	Iranesse Alves da Costa
Carolina Barbosa da Silva	Janaína Carla Dornelas Rocha
Célia Maria Alves da Silva	Janaíne José Alves
Célia Maria dos Santos C. Andrade	Janete Lopes Lacerda
Cicera Maria da Silva Alves	Jaqueline dos Santos Silva
Cícera Quitéria de Oliveira Campos	João Dyego da Cunha Amaral
Claudemar Manoel dos Santos	João Euzébio da Silva
Cláudia Martins de Oliveira	João Francisco da Silva
Claudia Ribeiro	João Tavares Marques Filho
Clébson Costa do Nascimento	Joaquim Batista Silva Santos
Dalma de Carvalho Novaes	Joara Martins Soares
Daniel Manoel de Oliveira	Jódio Antony de Gusmão
Danielly Freire de Oliveira	Joelma Melo de Almeida
Débora Conceição Gonçalves dos Santos	José Alves Honorato Filho
Denise Maria Guedes Braga	José Antonio Pacheco Neto
Edeltrudes Cavalcanti de Melo Silva	José Inaldo de Amorim

Joseildo Cavalcanti Ferreira  
Josué Martins da Silva  
Jussara Fitipaldy Gomes Silva  
Kevelen Daiane da Silva  
Lilian Alves Pereira Queiroz  
Liliane Maria Freire de Freitas  
Lindhiane Costa de Farias  
Lindinalva Ferreira de Queiroz  
Lucineide Cícera de Souza  
Luiz Carlos Nogueira Botelho  
Luiz Wanderson Evangelista Silva  
Luzia do Socorro Fonseca  
Manoel Gilberto da Silva  
Marcia Limeira do Amaral Azevedo  
Marconi Rodrigues de Lima  
Maria Aparecida Freire de Souza  
Maria Betania do Nascimento  
Albuquerque  
Maria Betânia Ferreira da Silva Santos  
Maria Bezerra das Neves  
Maria das Dôres Florencio de Araújo Silva  
Maria das Graças Silva  
Maria do Socorro Liberal Souza  
Maria do Socorro Santos Cavalcanti  
Maria do Socorro Venancio Silva  
Maria Eliane dos Santos Oliveira  
Maria Fernandes da Silva  
Maria Gizelia Pereira de A. Araújo  
Maria Goreti Tavares de Moura  
Maria Jaqueline Alves Santos  
Maria José Leite Brasileiro  
Maria Josilma Soares da Silva  
Maria Josimere da Silva  
Maria Lourdes da Silva  
Maria Luciana da Silva  
Maria Luciana Martins Ramos  
Maria Regicleide Nunes da Silva  
Maria Rita da Silva Oliveira  
Maria Tyene Eufrásio de Souza  
Maria Virginia Virginia da Fonsêca  
Maria Wiljânia de Souza  
Marianne Rodrigues dos Santos  
Marileide Maria da Silva  
Marineide de Sousa Alcântara  
Marineide Neves O. Assis  
Marizalva Ferreira Tavares Lourenço  
Marlene de Oliveira Lucas  
Miriã Leyne Anunciada Paixão  
Monica de Moraes Leite  
Mônica Nayaria Araújo Meneses Vieira  
Mosa Maria da Rocha  
Nelicleide das Neves Santos de Mélo  
Niclecia Sirlei Silva Santos da Costa  
Olindina Maria Cruz do Nascimento  
Paulo Rodrigues da Silva  
Rafaell José de Brito Gomes  
Railde Costa Silva  
Raul Antonio da Silva  
Renato de Menezes Pereira  
Rita de Cássia Pessoa de Andrade  
Rogilda Jorge Nunes  
Ronald dos Anjos Silva  
Rosangela Ramalho de Oliveira Alencar  
Sandra do Nascimento Amaral  
Severina José de Souza Freitas  
Severino Flávio Pereira do Nascimento  
Silvana Maria Nogueira Leite Cabral  
Silvio Leandro Alves da Silva  
Solange Marla dos Santos  
Suzana Georgia Nobrega Farias Alves

Telma Maria da Silva Barbosa  
Ubiratan Luiz Vieira Olímpio  
Valdivete Guimarães de Souza  
Valma Alaena da Silva  
Valter Gomes da Silva

Valter José do Nascimento  
Vanderlania Freitas de Siqueira  
Verailza Maria Monteiro  
Verônica Maria Ramos Silveira  
Vicente Natanael Lima Silva  
Zenildo da Silva Pereira

## **HISTÓRIA**

Adriano Martins de Oliveira  
Alba Valéria de Santana  
Alison Fagner de Souza e Silva  
Allan Melky de Lima  
Almir Santos Araújo  
Alvaro de Melo Rodrigues  
Amarildo Elias das Chagas  
Ana Carla Castanha Ferraz  
Ana Cláudia de Melo Santos Oliveira  
Ana Patrícia de Almeida Brito  
André José do Nascimento  
Andreia Magalhães Vieira Andrade  
Arlenice Barbosa da Silva  
Arley Anderson Alves e Silva  
Bárbara Maria Gouveia  
Benedita Erivangela Lopes da Silva  
Carla Barbosa de Lima  
Claudia Maristela Tenório de Almeida  
Ferro  
Clóvis Ferreira Lima  
Danielle Berto de Oliveira Melo Moraes  
Dayane Mayara Bezerra de Araújo  
Délío Roberto Freire  
Diego Ramon de Freitas Neves  
Edilene Alves dos Santos  
Edinaldo do Nascimento Silva  
Elanne Karla Bezerra Correia Cavalcante

Eliete Lopes Delmondes Filgueira  
Elineide de Arruda Carvalho  
Enoque Estevão Gomes  
Eridiane Évellin da Silva Lemos Oliveira  
Ezir George Silva  
Fabiana Christina Couto Barreto de Souza  
Fabiana Ferreira  
Fábio Carmo dos Santos  
Felipe Santos de Lima  
Fernanda de Araújo Oliveira  
Fernanda Moura dos Santos  
Flávia Cordeiro dos Santos  
Franciela Quesado Lopes  
Francineide Maria de Oliveira  
Francisco Ferreira Santana  
Gilfrance Rosa da Silva  
Givaneide Dionisio Roque  
Givanildo Pedro de Lima  
Glaucia Maria Lopes Gouveia  
Henry Pereira da Silva  
Inácio de Loiola da Silva  
Ingrid Samiro  
Iraci Pereira de Goés  
Itamar Glaucio Gomes de Souza  
Itamar Reis da Silva  
Ivanira Maria da Conceição  
Ivanize Giulyane Minervino Ferreira

Ivonete Azevedo Ferreira  
Jacira Lourenço Teixeira  
Jair Gomes Santana  
Jakline Rodrigues Vasconcelos  
James Davidson Barboza de Lima  
Jamille Barbosa de Moraes  
Jara de Lima Alencar  
Jerlandia Soares Leal  
João Paulo de Lemos  
João Tadeu dos Santos  
Joelma Maria Raimundo Farias  
Joelma Santana do Nascimento  
José Ademilton Marinho da Silva  
José Claudemiro Vilaça de Lima  
José Renato da Silva Feitosa  
José Ricardo de Sá Barbosa  
José Walter Soares de Oliveira  
Josebias José dos Santos  
Josefa Geny Pereira Dantas  
Josevania Rodrigues Bezerra da Silva  
Jucilene Ramos dos Santos  
Jucilene Rodrigues Silva  
Karla Bárbara Silva de Albuquerque  
Kátia Maria Batista da Silva  
Katiana Cristina da Silva Gomes  
Kerlianny Bezerra da Silva  
Kleber Menezes da Silva  
Laudenice Maria Silva Santos  
Luciene Lopes dos Santos  
Luiz Antônio Gonçalves de Lima  
Manoel Luís da Silva Neto  
Márcia Maria Alves e Silva  
Marco Aurélio Gomes de Souza  
Marcos Aurélio Dornelas da Silva  
Maria Alcione da Silva Santos  
Maria Angélica da Silva Trovão  
Maria Aparecida Barbosa  
Maria Aparecida Martins  
Maria Aparecida Pereira Alves  
Maria da Conceição de Souza Cruz  
Maria da Glória Felix de Santana Xavier  
Maria de Fátima dos Santos  
Maria de Fátima Soares dos Santos  
Maria de Lourdes Ferrão Castelo Branco  
Maria do Carmo da Silva  
Maria do Carmo dos Santos Rabelo  
Maria Edivania Moraes de Souza  
Maria Freire da Silva  
Maria Gorety Barbosa de Melo  
Maria Ivaneide da Silva  
Maria Izabel Silva Costa  
Maria José dos Santos  
Maria José Fideles do Nascimento Silva  
Maria José Gomes  
Maria José Martins de Queiroz Santos  
Maria José Nunes Figuerêdo Silva  
Maria Jucicleide Rodrigues Wanderley  
Maria Madalena Neta Soares  
Maria Neide Bezerra Gondim da Silva  
Maria Neuricéia Alves de Mariz  
Maria Neuzete dos Santos  
Maria Santos Saraiva Barbosa  
Maria Sueli Matias da Silva Araújo  
Marelça Balbino Cunha de Moraes e Silva  
Marivalda Ferreira de Souza  
Mariza Branquinho Silva  
Martleusa Raimunda da Silva  
Mikaele Cristina Marques de Souza  
Moacir Freira da Silva  
Morôni Laurindo do Nascimento

Natália Kécia Vieira Landim Oliveira  
Norma Ferreira Zendron  
Pedro Henrique Torquato  
Quitéria Chalegre dos Santos Silva  
Reginaldo Gomes Salvino  
Reginaldo Seixas Fonteves  
Ricardo Chaves Lima  
Ricardo Domingos da Silva  
Ricardo Francisco de Araújo  
Rivoneide da Silva Nascimento  
Roberto Laurentino de Souza  
Rodolfo Barreto de Lima  
Romário de Andrade Silva  
Romilda da Silva Dória  
Rosenilda Nunes da Silva  
Rosilene Maria da Silva  
Rosimere Nascimento Silva

Sandra Maria da Silva Tenório  
Sandra Maria de Silva Araújo  
Sandra Santana Freira  
Serusa Vidal de Negreiros  
Sheila Mayara Ribeiro do Carmo  
Sílvia Souza Santos  
Sônia Maria Pereira de Lima  
Suzete Sueli Pinheiro Campelo  
Thereza Cristina Sales Faria  
Valdirene Alves dos Santos  
Vandivaldo da Costa Piancó  
Vera Cheila Lima Nogueira  
Vilmar Antônio Carvalho  
Waldilma Batista de Santana  
Zeranilda C. B. da Costa  
Zirneide Correia Aprigio  
Zoraylda Maria Carneiro de Almeida

### **ENSINO RELIGIOSO**

Adriana Alvim Vaz  
Adriana Patrícia de Oliveira  
Alan Bruno Félix de Souza  
Aldenice de Souza Araújo  
Allan William de França Silva  
Amanda Leitão de Mélo Peixoto  
Amanda Pimentel Pereira de Carvalho  
Ana Cristina de Asevedo Lima Pires  
Ana Karla Pereira Andrade Silva  
Ana Márcia Sousa Ribeiro  
Ana Nery Marques Santana  
Ana Paula do Amaral  
Andréia Pollyanna dos Santos Calado  
Ângela Monteiro Cavalcanti  
Antônio Giovanio de Carvalho  
Antônio Manuel da Silva Júnior

Cacilda Freire Novaes Bezerra  
Carla Rogéria Rosa Ferraz  
Carlos Alberto Oliveira da Silva  
Carlos Fred da Silva  
Cássia Simone Souza C Lima  
Cleilson Gomes da Silva  
Cleonildes Cordeiro da Silva  
Débora Maria Bezerra Gonçalves  
Delzuita Campos Dias  
Denice Barreto Gomes  
Denise Maria da Silva  
Diana Maria do Nascimento  
Diana Maria do Nascimento  
Diogenes de Araújo Ramos  
Diogo Pereira de Lucena  
Dione Maria dos Santos

Dulcinéia Alves Silva Ribeiro  
Edilton da Silva  
Edna Maria da Costa Amorim  
Ednaldo Francisco Leão da Silva  
Ednário Lopes de Oliveira  
Elaine Pereira Lopes da Veiga  
Elisabete Ramos Magalhães  
Elizante Lopes de Araújo Tenório  
Ellen Jaqueline Muniz Pessôa  
Eva da Fonseca Dourado  
Evandro Alvares de Lira  
Evaneide Gomes de Sá Silva  
Fabiana Casé Malaquias Pontes  
Fábio Alixandre Camelo de Lima  
Fabíola Marinho Baralho  
Francisco Adãomilson Coelho Souza  
Gilvaneide Maria Serafim Ferreira  
Glória de Souza Silva  
Irailda Leandro da Silva  
Ivana Carla Soares Pereira  
Ivanice Trajano da Silva  
Janete Pereira da Silva  
Jéfferson Iran de Souza Lima  
Jéssica Dayane Eufrásio de Luna  
Joana D'arc Bento  
José Adriano da Silva  
Joseane da Cruz Cardoso do Nascimento  
Josefa Pereira da Rocha Paiva  
Josefa Rosilane da Silva Xavier  
Joselita Alves da Silva  
Josenildo Henrique da Silva  
Jucileide de A Leite  
Jucimeire Gonçalves Feitosa Félix  
Juliana Alves Pereira  
Leidilma Santos de Oliveira  
Leiliane Pereira da Silva  
Lúcia de Fátima Honório da Silva  
Lucijane Athayde Fonseca  
Márcia Barcelos de Oliveira  
Márcia Marques de Souza  
Marcos Alessandro de Oliveira Galindo  
Maria Aparecida Alves da Costa Oliveira  
Maria Aparecida da Silva  
Maria Auxiliadora dos Santos Souza  
Maria Betânia de Oliveira  
Maria Cristina do N S Brandão  
Maria da Natavidade Freitas Silva  
Maria Dalvani Soares da Silva  
Maria de Lourdes Leonel da Silva  
Maria do Carmo Amaral Pereira  
Maria Dolores Ribeiro de Sousa  
Maria Izabel Costa Moreira  
Maria José da Silva  
Maria José Onorato de Melo Araújo  
Maria Josévania de A Proxedes  
Maria Simone Xavier Santos  
Marinês Faustino dos Santos  
Marliete Maria de Sousa  
Mavíael Maciel da Silva  
Milca Cruz Lima  
Mônica Adriana Melo França  
Oliveira Miguel Antônio de Souza Júnior  
Paulo Jorge da Silva  
Paulo Manuel Lins  
Rejamaría da Mota  
Risonete Bezerra Martins  
Rosa Maria de Souza Leal Santos  
Rosangela Rodrigues de Souza  
Roseane Maria Cavalcanti de Almeida  
Roseane Ribeiro de Lima

Rosemary Leite de Freitas Almeida  
Rosiane Helena da Mata  
Rosilene Melânia da Silva  
Rosinete Teodora de Lima Santana  
Samuel do Nascimento Pereira  
Sandra Aparecida Vasconcelos  
Soraya de Omena Silva  
Soraya Lúcio Silvestre e Silva  
Suely de França Silva Albuquerque  
Valquíria de Lima Ramos dos Santos  
Vandeilson da Silva Santos  
Vanuzia Pereira de Macedo Machado  
Vera Lúcia dos Santos  
Vilma Maria Crispim da Silva  
Yeda Luis de Sousa Pereira de Lima

Secretaria  
de Educação



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BU**CO  
ESTADO DE MUDANÇA

**PERNAMBUCO**